

# Acção Socialista



Nº 1264 31 Maio 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

## Entrevista a Correia de Campos Coragem de prosseguir com as reformas na saúde



Parlamento 8

**Contadores de água, luz e gás deixam de ser pagos**

Reabilitação urbana 10

**Recuperar as cidades sem endividar as autarquias**

Governo 12

**Segurança social recupera 152 milhões de euros**

Desporto 13

**Sócrates deseja boa sorte à selecção**

Debate Mensal 20

**PM apresenta medidas na área dos medicamentos e das farmácias**

SUPLEMENTO



[www.ps.pt](http://www.ps.pt) Aconteceu, já é notícia.





SILVINO GOMES  
DA SILVA  
Director-adjunto

# Oposição à deriva

**E**stupefacto, ouvi e vi Marques Mendes apelidar Alberto João Jardim de referência incontornável para o partido deles.

Fiquei atónito. Como é possível que o actual líder do maior partido da oposição e que de Alberto João Jardim já disse cobras e lagartos, venha agora erigi-lo em referência política para o futuro por um passado despótico de 30 anos à frente do governo regional e do PSD/Madeira? Este posicionamento de Marques Mendes só se entende se for visto como recompensa ou justo prémio pelas constantes ameaças de separatismo proclamadas por Alberto João Jardim.

É facto que o arquipélago ao longo destas últimas três décadas se desenvolveu mercê de avultadas quantias oriundas dos fundos comunitários e do Orçamento de Estado. É facto que a Madeira figura hoje como destino turístico de eleição e se encontra entre as regiões mais ricas do país. Também é facto a existência de bolsas de pobreza e de exclusão social, bem como a fraca qualificação dos activos da região, o que constitui um problema a prazo.

Mas, que importa isso desde que o povo apareça em força nos espectáculos do Dr. Jardim no Chão da Lagoa. Ora, se o orador também canta e dança e por cima oferece a espetada e o bolo do caco, há mais é que a aproveitar a festança, confirmando-se, pois, o aforismo popular: com festas e bolos se enganam os tolos. E é assim há 30 anos: pão e circo, como na antiga Roma.

É preciso muita desfaçatez e bastante topete para, do alto da tribuna do congresso do PSD/Madeira, Marques Mendes acusar o Governo de José Sócrates de arrogância e por esta declaração ser aplaudida pelo nepotismo reinante na ilha.

É lamentável que o líder do principal partido da oposição esteja a dar ao jardinismo tamanha expressão política ao ponto do próprio Jardim ter sido o número um da lista de Marques Mendes para o Conselho Nacional do PSD. Tal façanha só se compreende à luz de uma forte guinada populista que Marques Mendes está a prosseguir, cavalcando toda e qualquer onda de descontentamento apenas para tentar capitalizar os

**A expectativa está toda colocada do lado do Governo que ao longo do último ano tem revelado um ímpeto reformista ímpar sem que a oposição dê sinais de trilhar qualquer caminho globalmente alternativo e coerente.**

votos dos eleitores. Todos os meios são lícitos para o seu fim: conseguir manter-se à tona para se apresentar em 2009 como candidato a primeiro-ministro. Nem que para isso tenha de fazer o pino, dar o dito por não dito, ou até mergulhar no poluído Tejo.

Portugal precisa de um bom Governo e de uma boa Oposição. Do lado do Executivo, a questão obviamente não se coloca, já que temos um Governo de excelência. Agora, no que tange à Oposição, e muito particularmente ao PSD, constata-se que não há um pensamento coerente ou estruturado. Veja-se o tema dos blocos de parto. Apressou-se Marques Mendes a declarar-se absolutamente contra os encerramentos previstos de algumas destas unidades, para depois, logo de seguida, ter de recuar face a vozes avisadas do PSD que salientaram a bondade da medida governamental. No afã de arranjar propostas para se credibilizar, tira da cartola a rescisão amigável na função pública a ser paga pelos fundos comunitários. Erro de palmatória logo assinalado pela Comissão Europeia. Não é possível, à luz dos actuais regulamentos comunitários, usar os fundos destinados ao desenvolvimento para despedir pessoas nem é essa a política prosseguida por Bruxelas.

Mas, a má oposição não é exclusiva do PSD. Nuno Melo, líder da bancada parlamentar do CDS/PP, abrilhantou um autêntico número de circo no último

debate mensal com a rábula do paracetamol e do Benuron, pretendendo demonstrar com um único exemplo, sem qualquer estudo científico como suporte, que os genéricos estão mais caros do que os medicamentos de marca e que é má a política de saúde. Mais uma vez, o tom excessivo de quem recorre por sistema à demagogia revela em toda a sua amplitude os traços, o carácter da força política mais à direita no hemiciclo de S. Bento.

A abertura do sector farmacêutico constitui uma reforma de fundo que vai mexer com grandes corporações no nosso país, abrindo o mercado à sã concorrência no âmbito de um quadro a regular. Sobre esta matéria, à falta de melhor, o PCP, pela voz de Jerónimo de Sousa, agitou o perigo das multinacionais e o fantasma dos testa de ferro. Nada de novo, portanto, no discurso comunista. E é pena. Se os outros partidos comunistas na Europa conseguiram evoluir, em Portugal persiste-se no dogmatismo doutrinário e no centralismo democrático, o que tem como consequência o gradual afinamento do Partido Comunista e da sua crença na luta de classes e de amanhãs que cantam.

Do lado do Bloco de Esquerda, partido sem cimento ideológico, abusa-se do mecanismo da substituição dos deputados para disfarçar a ausência de linha política. Retire-se também, do último debate mensal, o episódio em que Francisco Louça se mostrou mais interessado em saber os termos do acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Farmácias do que discorrer sobre as inúmeras medidas apresentadas.

Assim vão as oposições, sem rumo nem estratégia. A cereja deste bolo foi colocada pelos Verdes. Desiludida com o partido de que foi fundadora, Isabel de Castro demitiu-se do Partido Ecologista os Verdes, força política que verdadeiramente nunca existiu, apesar de ter representação parlamentar por integrar as listas da CDU.

Vista assim a oposição, a expectativa está toda colocada do lado do Governo que ao longo do último ano tem revelado um ímpeto reformista ímpar sem que a oposição dê sinais de trilhar qualquer caminho globalmente alternativo e coerente.

## GNR em Timor para assegurar ordem pública

### CONSELHO DE MINISTROS

“ERA a única resposta que as circunstâncias exigiam”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, ao justificar o envio de uma companhia de 120 elementos da GNR para Timor-Leste, que terá como missão a “manutenção da ordem pública e a formação das forças de segurança” daquele país.

O Governo respondeu ao pedido das autoridades de Timor-Leste enviando uma força da GNR ao país, que actuará em Díli e arredores, em articulação com uma força internacional de manutenção da ordem pública, declarou José Sócrates no final da reunião extraordinária do Conselho de Ministros de 25 de Maio.

O Executivo considerou que dispunha de condições para dar este contributo a Timor, depois de ouvidos os partidos com assento parlamentar, que apoiaram a decisão, de ser obtido o aval das Nações Unidas, comunicado pelo secretário-geral da ONU ao primeiro-ministro – tendo sempre mantido ao corrente o Presidente da República.

A partir do momento em que as autoridades de Timor formularam o pedido a Portugal, o Governo iniciou imediatamente os preparativos operacionais para a missão da GNR, ao mesmo tempo que encetava diligências diplomáticas com as Nações Unidas e os outros países a quem Timor se dirigiu e definia, com Timor, os termos da missão.



Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, sublinhou que no pedido timorense havia “uma expressa referência à GNR”, admitindo que tal se deveu com o “excelente trabalho” realizado por esta força de segurança nas suas anteriores missões no território.

Por sua vez, o ministro da Administração Interna, António Costa, afirmou que ficou decidido, nas negociações entre os governantes dos países que vão participar na força multinacional, que a missão de “restabelecimento da ordem pública”, ficará a cargo da

Austrália e da Malásia. “Os países acordaram a disponibilização de forças segundo a natureza da missão a desempenhar”.

### Sócrates sublinha “unidade nacional”

Entretanto, no dia 1 de Junho, na despedida oficial do contingente da GNR que vai manter a ordem pública em Timor, realizada na Torre do Tombo, o primeiro-ministro, José Sócrates, destacou a unidade nacional em torno de uma missão que disse ser “a

maior importância para Portugal”.

Sócrates, que se encontrava acompanhado de vários membros do Governo, afirmou ser “muito grato verificar que esta decisão é verdadeiramente nacional e tem o apoio de toda a comunidade portuguesa”, sublinhando, uma vez mais, que, para além do Presidente da República e do presidente da Assembleia da República, todos os partidos foram consultados e deram o seu aval.

O primeiro-ministro considerou ainda que “a missão é exigente e da maior importância para Portugal, porque exprime a fidelidade aos valores e princípios das Nações Unidas e da comunidade internacional”, mas também, acrescentou, porque se realiza “em nome da solidariedade para com Timor-Leste”.

### PS APOIA DECISÃO DO GOVERNO

A exemplo de todos os partidos com assento parlamentar, também o PS manifestou a sua concordância sobre a decisão do Governo. O líder parlamentar socialista, Alberto Martins, mostrou-se “identificado com as opções” do Executivo sobre Timor, sublinhando o facto de a missão se limitar à manutenção da ordem pública e à formação de quadros policiais.

# Sócrates realça sinais positivos da economia

COMISSÃO NACIONAL

**O secretário-geral do PS, José Sócrates, fez na reunião da Comissão Nacional um “discurso de confiança” na evolução da economia portuguesa, que começa “a dar sinais positivos”, acusando o PSD de estar “desencontrado do país”.**



À SAÍDA da reunião, que teve lugar no dia 20, no Hotel Altis, em Lisboa, Sócrates afirmou que realçou perante os dirigentes do partido a “evolução positiva” da nossa economia, apontando como exemplos alguns dados recentes de revisão em alta do crescimento com origem na Comissão Europeia e no Banco de Portugal e o decréscimo (menos 0,3 por cento) da taxa de desemprego registada no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o período homólogo de 2005.

“Os portugueses devem saber que as coisas estão a melhorar lentamente, mas gradualmente”, disse, salientando que “estes indicadores vêm derrotar o pessimismo e a maledicência”.

Por isso, frisou José Sócrates, a liderança do PSD está “desencontrada do país”, ao fazer discursos “negativos e maledicentes” quando os principais indicadores apontam uma evolução

da economia “no sentido positivo”.

“Quem baseia o seu discurso político na simpatia que pode obter fazendo discursos negativos e maledicentes, eu acho que não vai por bom caminho e está desencontrado do país”, sustentou.

Por sua vez, o porta-voz do PS, Vitalino Canas, em conferência de Imprensa no final da reunião, também criticou o discurso do PSD, que

considerou oportunista.

“O oportunismo, traduzido na tentativa de cavalgar focos limitados de descontentamento em relação a algumas medidas do Governo que o PSD tem protagonizado, não é indiciador de um partido credível”, disse, acrescentando que quando “o PSD pretende cavalgar algum descontentamento localizado com o encerramento de maternidades,

estamos aqui com o comprovativo prático de como o PSD não sabe ter propostas credíveis para a sociedade portuguesa”.

Vitalino Canas considerou que esta postura vem confirmar que o partido laranja “não soube ainda alterar o tom do seu discurso de pessimismo” iniciado em 2002, quando então proclamava que “o país se encontrava de tanga”.

Nesta reunião, a Comissão Nacional aprovou apenas com uma abstenção o relatório e contas do partido referente ao ano de 2005.

Na apresentação deste documento, o dirigente nacional José Lello explicou que o relatório e contas “obedece integralmente ao disposto na lei em vigor”, frisando que a situação económica do PS apresenta uma evolução favorável no ano de 2005.

A Comissão Nacional aprovou ainda o relatório da comissão de análise de das moções sectoriais apresentadas no último congresso nacional (*ver caixa*).

J. C. C. B.

## MOÇÕES SECTORIAIS APROVADAS PELA COMISSÃO NACIONAL

### 50 ideias para o território

António Sérgio Pessoa

Analisa as políticas e os valores que poderão contribuir para a sustentabilidade do nosso território realçando os princípios da responsabilidade e da subsidiariedade.

### Autarquias locais: planejar, transformar e agir para vencer os desafios da modernidade

Carla Rosinhas

Faz um levantamento de equipamentos e serviços cuja melhoria seria necessária ao município de Odivelas, em particular nos domínios da saúde, segurança, justiça, urbanismo e transportes.

Conclui sublinhando a importância para os odivelenses de um município melhor que saiba vencer os desafios da modernidade.

### Mais democracia

Fernando Mano

Advoga a limitação de mandatos dos detentores de cargos políticos executivos, em particular dos presidentes de Câmara.

As recomendações desta moção já foram objecto de legislação proposta pelo PS e aprovada na Assembleia da República.

### Projectar a sustentabilidade das pescas no plano social, biológico e económico

João Reis

Faz a apologia da actuação do Partido Socialista durante os governos chefiados por António Guterres no sector das pescas descrevendo a política seguida como sistémica, de reforço das garantias sociais, defesa da sustentabilidade biológica e da saúde económica do sector.

### Re-encontrar as comunidades portuguesas

José Lello

Defende a adopção de medidas de revitalização das estruturas do partido ligadas às comunidades e da mobilização para o PS de uma nova geração de portugueses mais qualificados que vivem no estrangeiro.

### Sim às energias renováveis, hídrica, solar e eólica, não à actual energia nuclear

Aires Ferreira

Recusa a energia nuclear no seu actual modo de produção e defende o investimento em ener-

gias renováveis, nomeadamente a hídrica, solar e eólica. Defende em particular a construção da barragem do Baixo Sabor, projecto avançado pelo Governo de António Guterres e cuja declaração de impacto ambiental foi emitida pelo anterior Executivo.

### Os compromissos do socialismo no mundo globalizado

Moisés Gil

Diagnóstico sombrio, realçando o agravamento das desigualdades, a progressão do neoliberalismo, o perigo de uma globalização desregulada e capitalista. Objectivo optimista: criação de uma sociedade mais democrática, livre, igualitária e solidária, intervencionismo estatal na luta contra a pobreza e pela solidariedade social.

### Por uma política florestal socialista

Francisco Rego

Diagnóstico das questões florestais. Defesa de uma política de floresta em que esta não tenha de depender dos subsídios e vicissitudes dos ciclos políticos, mas em que a engenharia social das soluções encontradas para a floresta possa ser socialmente justa, ambientalmente interessante e economicamente sustentável. Organização social para a gestão colectiva da floresta. Rejeição de uma política neoliberal dominada por uma visão produtivista clássica da floresta.

### Por um poder local moderno ao serviço do desenvolvimento de Portugal

Susana Amador

Defende a necessidade de aprofundar sete grandes eixos para que o Poder Local em Portugal possa estar de forma efectiva ao serviço do desenvolvimento e de uma profunda democratização do País: efectiva descentralização ao serviço das populações; política de ordenamento do território adequada e participada; ambiente sustentado; promoção da participação das mulheres na vida autárquica; valorização e qualificação dos recursos humanos; reforma da legislação autárquica; e regionalizar o País para ganhar o futuro.

### O PS pela regionalização

José António Ferreira

Defende que se retome o debate político sobre a regionalização, com uma estratégia de amplo debate e de consensos políticos.

### Retomar a reforma do sector marítimo-portuário

Luís Miguel Gonçalves

A moção contém sobretudo ideias sobre a promoção do transporte marítimo e política portuária.

### Turismo: actualidade qualificadora e promotora do desenvolvimento sustentado de Portugal e de afirmação no mundo

Joana Neves

A moção propõe sete medidas concretas de organização institucional e de financiamento do sector do turismo com vista à promoção da actividade em Portugal. Algumas propostas poderão ou já estão a ser concretizadas no momento presente. No entanto, algumas ideias, nomeadamente sobre o Instituto Nacional de Formação Turística, não correspondem ao que tem sido opção do PS no Governo.

### A moção apresentada pela Secção de Educação da FAUL

Natalina Moura

Propõe que o PS, no quadro da Estratégia de Lisboa, privilegie as seguintes opções estratégicas: assumir a educação como assunto de todos, instrumento fundamental para o desenvolvimento; combater o abandono escolar e a exclusão e assegurar ofertas educativas e formativas de qualidade; garantir uma educação de base para todos; consagrar o ensino secundário na sua dupla natureza de ciclo intermédio de prosseguimento de estudos e de ciclo de formação terminal; modernizar, regionalizar e descentralizar a administração do sistema educativo; desenvolver a educação e formação de adultos; melhorar a qualidade de processo educativo.

### Escolas básicas integradas: despertar uma nova paixão no PS.

Mário da Costa Martins

Pretende valorizar a escola básica de nove anos, defendendo que obedeça aos seguintes princípios orientadores: existência de um projecto educativo comum a todas as escolas integradas no território educativo; gestão integrada e participada de actividades e recursos disponíveis nos estabelecimentos de ensino integrados no território educativo e meio envolvente; unidade de órgão de gestão, com representação dos três ciclos do Ensino Básico; integração de outras modalidades de ensino e educação; educação

pré-escolar, ensino recorrente de adultos, iniciação profissional e educação extraescolar.

### Moção sectorial

António Brotas

A moção sectorial em apreço propõe a organização e arquivo permanente e de fácil acesso pela Internet dos artigos remetidos por via electrónica por militantes e simpatizantes. Propõe ainda que a edição do Acção Socialista publique a lista numerada daqueles artigos, com a data de chegada, título e nome do autor.

Comentário: o Acção Socialista dispõe já de uma página Web (<http://www.accaosocialista.net>) na qual disponibiliza não só a última edição on-line – quer através de formato Adobe Acrobat quer pela leitura no Internet Explorer.

Nessa mesma página é ainda, e desde há uns meses, possível proceder à subscrição electrónica de uma versão da newsletter do Acção Socialista.

Através do mesmo site é ainda possível aceder ao arquivo do Acção Socialista – até às edições de 1997, nas quais estão todos os artigos de opinião publicados.

Relativamente aos artigos que não são publicados por falta de espaço ou por critério da Direcção a proposta da moção é bastante interessante e completamente exequível com os actuais meios tecnológicos disponíveis.

Contudo, haverá que criar um processo que certifique com absoluta certeza quem são os autores dos textos, que dessa forma serão responsáveis pelo seu conteúdo.

Esta possibilidade deve apenas ser assegurada aos militantes do PS e da JS, que se encontram devidamente registados e identificados perante o Partido.

### MOÇÕES REJEITADAS PELA CN

#### Por uma nova cidadania: em defesa dos serviços públicos essenciais

Nuno Jorge Freitas

#### Reforma da Administração Pública

Aquiles Oliveira

#### Cidade e Democracia

J. J. Silva Garcia

#### Novas perspectivas para as secções de acção sectorial

José Serra Andrade

# “Concentração dos blocos de parto é

## MATERNIDADE EM SEGURANÇA

**O ministro da Saúde está confiante e sereno em relação as reformas que o seu Ministério está a empreender em matéria da gestão dos blocos de partos. Estranha é o espectáculo lamentável de contorcionismo político que a oposição anda a dar.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

CORREIA de Campos afirmou numa conferência promovida pelo GP/PS, sobre “Maternidade em Segurança”, realizado no auditório novo do Parlamento, não ter dúvidas sobre a bondade da política que o Governo está a levar a efeito sobre a concentração de alguns blocos de parto. Para o ministro, trata-se, aliás, de uma primeira e fundamental reforma do sector que só peca por tardia.

Virando a questão para a luta política dura Correia de Campos começou por lembrar que o PSD, no início da década de 90, quando detinha responsabilidades governativas, encerrou na altura 15 maternidades, recordando que esta atitude mereceu “um forte clamor público”, mas não da sua parte, porque a iniciativa lhe mereceu na altura “os mais rasgados elogios”. Sobretudo pela “coragem” demonstrada.

Daqui resultaram, frisou, e ao contrário das críticas então feitas, “ganhos em saúde visíveis na redução da mortalidade infantil e perinatal”.

A este propósito, lembrou que ao nível da mortalidade infantil, em apenas pouco mais do que uma década, o país conseguiu dar a volta ao panorama assustador com que se debatia, tendo registado entre 1990 e 2004 um abaixamento significativo na taxa da mortalidade infantil.

O que agora este Governo está a fazer, frisou Correia de Campos, é completar algo que já foi começado por outros, pelo que mal se compreende que o PSD que na altura defendia uma coisa, esteja hoje a desdizer o que antes pôs em prática.

Também o PS seguiu esta política, e através da ministra da Saúde do anterior Governo socialista, Maria de Belém, e pelas mesmas razões, decidiu encerrar a maternidade de Ovar e a Magalhães Coutinho. Com este mesmo espírito procedeu-se na altura também à reprogramação das camas nos estabelecimentos hospitalares do Médio Tejo, Torres Novas, Tomar e Abrantes, concentrando os partos nesta última unidade.

Como recordou Correia de Campos, o PSD de Marques Mendes



quando era Governo inaugurou, em Março de 1994, o novo Hospital de Elvas, “sem contudo reabrir a maternidade”, que entretanto tinha sido encerrada em 1991. E não o fez, “e muito bem”, dado o fraco movimento, registando-se na altura, tal como hoje sucede, menos de um parto por dia.

Entretanto, prosseguiu, o PSD, no Governo em 2004, recebeu um relatório técnico para proceder às medidas agora discutidas. Chegou mesmo a anunciá-las, mas a instabilidade política a partir de Maio/Junho instalada no consulado de Santana Lopes, “dissuadiram-no de as executar e em minha opinião, fez mal”.

A mais recente posição do PSD é acusar o PS, o Governo e o ministro da Saúde, entre outros epítetos, de se estar a reger por critérios que designa de economicistas, facto que levou Correia de Campos a afirmar que o PSD só pode estar “toldado por uma súbita amnésia”, denotando com esta posição ter preferido colar-se “ao populismo fácil e à demagogia”, opção que na perspectiva do ministro “não sabe como sair agora”.

Preso na sua própria armadilha, e resistindo tenazmente aos ventos do bom senso, que milagrosa e momentaneamente em tempos pairaram na São Caetano, e perante tantas opiniões abalizadas e sérias oriundas de técnicos e de muitos especialistas independentes, favoráveis às teses do Governo, o PSD inicia uma nova deriva, quiçá tanto ou mais disparatada que a anterior.

Agora já pouco lhe importa se o Governo quer encerrar ou não todas as outras maternidades. Para um seu destacado dirigente, isso são agora “questões técnicas”. O

que importa é que a maternidade de Elvas, essa, e só essa, não feche. E isto porquê? É o próprio PSD que responde: pelo “irrenunciável direito de as mulheres portuguesas terem todos os seus filhos em Portugal”. Pasmese, mas não se deixe de constar por onde anda o maior partido da oposição.

Como confessava Correia de Campos, na sua intervenção, o líder da oposição, Marques Mendes, anda muito ocupado na “digestão da sua “grandiosa” vitória nas eleições directas internas”, e o assunto, ao que parece, obriga-o a uma tal concentração, que “assiste, após dança e contradança, ao irridentismo autárquico populista de Barcelos, Miranda e agora da Covilhã, onde, aliás, o problema nem sequer se põe de imediato, de forma cada vez mais ambígua”.

Já não bastava, disse ainda o ministro, “o sacrifício do deputado Fernando Negrão, constrangido a repetir até à exaustão de que até concorda com a medida, mas discorda do processo, tem agora vozes sensatas, para um lado, a chamarem-no à razão e corifeus do populismo, a congregarem-no à rebelião”.

Mais à frente, Correia de Campos lembrou a Marques Mendes que não se está a dar conta “do incêndio que deixou atear” e que este “é maior que os meios de que dispõe para o combater internamente”.

Com o maior partido da oposição mergulhado no mais puro nonsense, ao Governo, resta-lhe assistir, “com a serena convicção da força e da razão da coerência, a este lamentável espectáculo de contorcionismo e pirotecnia”.

O país, refere o titular da pasta da Saúde, “precisa de uma opo-

sição, não de um body-boarder, navegando ao sabor da onda, mas facilmente por ela tombável, quando lhe falta a serenidade e o rumo”.

O país precisa em suma, reforça, de “uma oposição que saiba o que quer e para onde ir”.

### “O ministro demonstra coragem”

Presidido por Alberto Martins, líder da bancada socialista, o colóquio “Maternidade em Segurança” contou com a presença, para além de Correia de Campos, de um conjunto de especialistas, expressamente convidados, e ainda com as intervenções das deputadas socialistas Maria de Belém e Maria Antónia Almeida Santos.

Os trabalhos iniciaram-se com uma intervenção de Alberto Martins, que, referindo-se à iniciativa que o Ministério da Saúde está a levar a efeito no sentido de encerrar alguns blocos de partos, sublinhou que, tratando-se de uma profunda reforma, ela não deve ser encarada de um ponto de vista meramente político, mas antes, e preferencialmente, “numa perspectiva de optimização do sistema e na defesa da qualidade da assistência, quer às parturientes, quer aos recém-nascidos”.

Neste sentido, foram aliás praticamente todas as intervenções dos diversos convidados que trouxeram a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma mais-valia científica importante e um contributo determinante para se perceber do alcance desta reforma que o Ministério da Saúde e o ministro Correia de Campos estão a desenvolver no sector da saúde materna e neonatal.

Há 15 anos as taxas de mortalidade infantil (óbitos no primeiro ano de vida) e materna (óbitos durante o trabalho de parto) em Portugal eram as mais elevadas da Europa. Por cada mil recém-nascidos, 15 faleciam. Década e meia depois, Portugal deixou a cauda da Europa, sendo o país que mais rapidamente evoluiu nesta área. Hoje, dos anteriores 15 óbitos por mil nascimentos, passámos para cerca de 3,8 por mil.

As populações dos 15 locais que viram os blocos de partos encerrarem há 15 anos, nunca reivindicaram a reabertura dos serviços nem se arrependem das alternativas colocadas à sua disposição.

Uma maternidade que não efectua três ou quatro partos por dia não consegue fornecer a rotina necessária exigida a toda a equipa.

A maioria dos hospitais agora visados, embora tenham melhorado substancialmente, não conseguiram atingir nos últimos 10 anos o movimento mínimo, nem criar as condições para atrair os recursos humanos necessários.

A falta de obstetras e de pediatras, nos blocos que o Governo pretende encerrar, tem sido um dos factores que têm impedido de se formarem as equipas mínimas. O recurso a colegas já aposentados tem sido assim, e muitas vezes, a solução encontrada.

Para o professor Agostinho Almeida Santos, médico e catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, não é verdade que esteja previsto o encerramento de qualquer maternidade. Do que se trata, explicou, é de uma reorganização técnica que se afigura, desde há muito, indispensável, de alguns serviços de obstetrícia, porque, como defendeu, não faz sentido que se deixe passar a ideia de que todos os actos médicos podem ser feitos em todo o lado, quando a realidade nos tem vindo a mostrar que muitos dos serviços não reúnem todas as condições,

# fundamental”

nomeadamente ao nível de algumas especialidades médicas, situação na qual não se poderão abrir, como referiu, nenhuma excepções, sob pena de “não estarmos a prestar os melhores cuidados médicos às parturientes”.

Também o médico e professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Octávio Cunha, depois de saudar “a coragem demonstrada pelo ministro”, considerou esta iniciativa de Correia de Campos “fundamental e de grande coragem”, porque, como disse, apesar de em Portugal se registarem taxas de mortalidade infantil “das mais baixas registadas em todo o mundo”, o desejo natural e legítimo de todos nós será sempre “sermos os melhores entre os melhores”.

Para isso há que reorganizar e potencializar, “quanto antes”, todos os serviços e otimizar as equipas médicas e de enfermagem da especialidade, tarefa que, na perspectiva deste perito, não pode ser conseguida com a actual dispersão de médicos e de enfermeiros, sobretudo quando neste particular “Portugal ainda luta com carências muito grandes”.

Igualmente para o médico neonatologista do Hospital pediátrico de Coimbra e membro da Comissão Nacional da Saúde Materno e Neonatal, José Carlos Peixoto, afigura-se estranho “estarmos a deparar com populações na rua a protestar contra o encerramentos de alguns blocos de partos”, sublinhando que estas manifestações não estão a defender o melhor para as suas terras, mas antes, e ao que tudo indica, “pressionadas por forças que se movem por questões de oposição e não pela razão”.

Para este médico, a falta de informação surge como um assunto muito sério, mal que, em sua opinião, também se estende “ao nível dos profissionais”.

Depois de defender as medidas e reformas que o Governo está a levar a cabo visando uma mais eficaz concentração dos serviços de apoio às parturientes, com “ganhos óbvios para as mães e para os bebés”, José Carlos Peixoto lembrou que Portugal é o único país que dispõe de um sistema de transporte ao nível do neonatal altamente eficiente, razão mais do que suficiente, defendeu, “para acreditarmos e apoiarmos esta iniciativa que o Ministério da Saúde está a empreender”.

Outro dos intervenientes nesta conferência foi o médico Jorge Branco, professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa e presidente da Comissão Nacional de Saúde Materno e Neonatal, que foi peremptório ao afirmar que o país deve lutar por subir cada vez mais os níveis de segurança dos actos médicos ligados aos partos, porque ao tomarmos esta atitude

firme, “estamos igualmente a lutar pelos direitos das crianças”.

## Lutar pelos direitos das crianças

O Programa Nacional de Saúde Materna e Infantil (PNSMI), disse ainda o médico Jorge Branco, “deve merecer a adesão de todos os técnicos ligados a esta especialidade”, porque só deste modo, acrescentou ainda, “seremos capazes de ajudar a que os actuais bons indicadores das taxas de mortalidade infantil, não caiam”.

Em nome da Ordem dos Médicos interveio o professor Luís Graça, também ele um reputado obstetra, que louvou Correia de Campos, salientando que o ministro soube ouvir e levar em conta os pareceres técnicos sobre este assunto, quer os elaborados no interior do seu próprio Ministério, quer os provenientes da Ordem dos Médicos.

Antes da intervenção do ministro da Saúde, usaram ainda da palavra as deputadas socialistas Maria de Belém e Maria Antónia Almeida Santos.

Para a ex-ministra da Saúde do Governo de António Guterres, “é importante que haja capacidade e força política”, de modo a que esta reforma agora anunciada pelo Ministério da Saúde possa ir em frente, lembrando que o Governo, ao agitar esta assunto, não se pode esquecer de que está a “mexer com forças e interesses estabelecidos, onde predominam os privilégios”.

Mas não basta defendermos a reorganização e a necessária concentração de meios e apostar numa cada vez maior e responsável optimização dos serviços de saúde. Para Maria de Belém, “temos igualmente, de forma simultânea, de saber melhorar os indicadores sociais “porque estes constituem um reflexo da saúde da população”.

Mais voltada para o combate político foi a intervenção da deputada Maria Antónia Almeida Santos, que começou por felicitar o Governo e o próprio Partido Socialista “por ter sabido imprimir um carácter sério e tecnicamente relevante” à tarefa de reorganizar os serviços de maternidade em Portugal.

Maternidade que, salientou, “é na sua essência uma atitude salutar e boa, mas muitas vezes acarreta consigo dor e por vezes até a morte”.

Recordando que Portugal se pode orgulhar de estar entre os primeiros países do mundo com maiores índices de sucesso no capítulo das taxas de nascimento, a deputada socialista lembrou que os obstáculos nesta matéria que o país tem ainda que ultrapassar se prendem com a necessidade de “sermos capazes de levar em frente as reformas agora anunciadas pelo Governo do Partido Socialista”.



MANUELA AUGUSTO  
Presidente do DNMS

*Faltam, todos sabemos, verdadeiras campanhas de sensibilização nos países de destino destas redes de tráfico, as quais devem suscitar a discussão pública sobre este fenómeno da procura de pornografia e de prostituição.*

## Em que século vivemos?

RECENTEMENTE, em Viena, teve lugar um encontro regional das Mulheres da Internacional Socialista (SIW).

Na agenda, as representantes de cerca de 18 países tinham uma missão bem definida – debater estratégias de prevenção e combate ao tráfico de mulheres.

Sem rodeios nem delongas, esta tragédia humana vai-nos caindo no regaço, à medida que os números nos revelam a dimensão deste crime organizado que vem registando o maior crescimento no seio da União Europeia.

O relatório de 2005, da responsabilidade do Serviço de Observação e Combate ao Tráfico de Pessoas, do Departamento de Estado dos EUA, estima entre 600 mil a 800 mil os homens, mulheres e crianças que são traficados, por ano, nas diversas fronteiras internacionais. Destes, 80 por cento são mulheres ou raparigas, sendo que praticamente metade delas são ainda menores de idade.

Na dita civilizada União Europeia, todos os anos, cerca de 100 mil mulheres são vítimas de tráfico ou, dito de outra forma, mais dura e crua, mas infelizmente bem real, são objecto de uma nova era de escravatura, a da exploração sexual, controlada por poderosas e obscuras redes criminosas internacionais, que as amaram a uma vida de prostituição forçada, tantas

naturalmente, de todo o mundo, promoverem as políticas de igualdade dos géneros, como forma de se contrariarem as mais diversas e enraizadas discriminações, assim como todas e quaisquer dimensões da violência contra as mulheres.

Ou quando considera a urgência de se contrariar a pobreza, os maus-tratos, a falta de instrução, o desemprego, a corrupção!

Sem sombra de dúvida, o combate a um crime com esta dimensão exige a mais estreita colaboração entre os Estados e as polícias nacionais e internacionais. As mais diversas informações sobre as redes de traficantes ou as rotas do tráfico, exigem uma permanente formação dos diferentes intervenientes no seu combate.

Ao mesmo tempo, urge concertar medidas legislativas severas e adequadas, não permitindo que um qualquer vazio legislativo deixe impune os traficantes ou não acautele as necessidades de asilo e de protecção às suas vítimas.

Mas, neste processo, o chamado “lado da procura” tem que merecer também especial atenção.

Faltam, todos sabemos, verdadeiras campanhas de sensibilização nos países de destino destas redes de tráfico, as quais devem suscitar a discussão pública sobre este fenómeno da



vezes sem retorno.

Estranha civilização, esta em que vivemos, a do avanço da ciência e da tecnologia, a dos progressos da medicina, das sondas em Marte ou das ovelhas clonadas...

Estranha civilização, esta que ignora ou aceita o sofrimento alheio como mero preço a pagar pelas inofensíveis vantagens da era da globalização.

Dos países do Sul para os países do Norte, dos do Oriente para os do Ocidente, as vítimas deste tráfico transnacional precisam inexoravelmente da constante cooperação entre esses mesmos países de origem, de trânsito e de destino.

Por outro lado, as autoridades mais responsáveis devem saber que um crime com tal dimensão necessita de uma intervenção concertada que actue, ao mesmo tempo, no chamado trinómio do mercado de tráfico, a vítima, o traficante e o cliente.

Desde logo, em relação às vítimas, há que ter em conta os factores e as causas que lhes conferem maiores vulnerabilidades, para que se possam definir e desenvolver estratégias de prevenção.

Encontramo-las, invariavelmente, entre os mais pobres e os mais excluídos. Entre aqueles que sonham com outras fronteiras, outros modos de vida, outra dignidade.

Aqueles e aquelas a quem é sempre mais fácil vender ilusões!

O relatório do Parlamento Europeu, de Christa Prets, é bem claro quando salienta a necessidade dos países da União Europeia e,

procura de pornografia e de prostituição.

O chamado “cliente” não pode ser desresponsabilizado em todo este processo, pelo que se discute hoje, na União Europeia e ao nível do Conselho da Europa, a sua penalização.

Inadmissível, em toda a linha, é a crescente procura e utilização de crianças e adolescentes nestas redes de prostituição e exploração sexual, a par de um outro negócio, de que se fala em surdina, o tráfico de órgãos e de tecidos humanos.

Estamos, pois, perante um fenómeno à escala global que tem que ser resolvido, por isso mesmo, à escala global.

Os governos mundiais têm que enfrentar juntos esta vergonha civilizacional, combatê-la, erradicá-la!

Entre nós, o Governo do Partido Socialista está atento e está a agir.

Várias são as medidas e resoluções já tomadas e, há dias, foram anunciados novos procedimentos dirigidos especificamente às vítimas deste tráfico de seres humanos.

A nós, todos e todas, cabe-nos também, justamente, não cruzar os braços, não assobiar, não olhar para o lado.

Esta é uma realidade do nosso século, toca-nos, magoa-nos.

Colocamos bandeiras, cantamos os hinos, unimo-nos por uma bola!

Mas nesse mesmo instante, num canto qualquer, alguém sem passaporte, vende-se por nada...

O que é que afinal nos falta, para nos mobilizar?

# “Vamos ter a coragem de p com estas reformas

**O encerramento e a conseqüente concentração dos blocos de parto em unidades hospitalares bem apetrechadas em meios humanos e técnicos vão contribuir decididamente para a promoção e aumento da qualidade dos cuidados médicos. Esta a convicção do ministro da Saúde, Correia de Campos, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, defendeu ainda as medidas anunciadas pelo Governo para as áreas do medicamento e da farmácia.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**A pergunta que muita gente coloca é esta: porque é que fechar blocos de parto significa, na perspectiva do Governo, mais e melhor qualidade para a saúde materno-infantil?**

É uma boa pergunta. Vamos lá ver. O que se passa é que os blocos de parto que este Governo pretende encerrar, e ao contrário do que alguns querem fazer crer, não representam já nenhuma solução. São, isso sim, parte do problema que o país tem de saber enfrentar e resolver se quer efectivamente ter uma saúde materno-infantil alinhada com os restantes parceiros comunitários e com os países mais avançados do mundo.

Com efeito, a perspectiva correcta para se analisar este fenómeno é observá-lo, não do ponto de vista que a oposição insiste em transmitir, de que o Governo quer subtrair serviços ao sistema da saúde, neste caso concreto na área da saúde materno-infantil, mas, ao contrário, e no nosso ponto de vista, mas também sustentado nos muitos estudos elaborados ao longo dos últimos anos por diversas comissões de especialistas, que o problema deverá ser observado na previsão de um aumento da qualidade dos cuidados médicos ao nível da assistência às parturientes e aos seus bebês.

Os partos, todos os especialistas o afirmam, devem ter lugar onde haja uma grande concentração de recursos e não em locais onde esses meios não existem. Ora, o que este Governo defende é o encerramento daqueles blocos de parto que não já reúnem as condições mínimas necessárias para que a assistência possa ser considerada a melhor, nomeadamente, e esta é uma das razões, porque não efectuem um



número de partos suficientes. Em Lamego, por exemplo, existem apenas dois obstetras, o que é manifestamente insuficiente para ocorrer às necessidades. O caminho que estes serviços, que agora queremos encerrar, têm seguido é recorrerem a uma solução que considero enganadora, ou seja, enviam as parturientes para os hospitais centrais quanto se deparam com partos considerados complicados. Por isso as estatísticas de sucesso não reflectem a real casuística da situação.

**O que me está a dizer é que esses blocos de parto se responsabilizam pelos partos mais simples e enviam para os hospitais centrais os casos considerados mais bicudos?**

Exactamente. É precisamente por isto acontecer, que nós dizemos que esta situação não pode ser considerada como uma situação de futuro. Sobretudo quando o país se debate com uma enorme falta de obstetras. As equipas que trabalham em Barcelos, por exemplo, estão a fazer uma rotação de praticamente de três em três dias, o que é, dos diversos pontos de vista, altamente desaconselhável. Até na perspectiva do enorme dispêndio do Estado para com estes técnicos, porque os

serviços pagos representam o dobro, e, por vezes, um pouco mais do vencimento normal que os médicos desta especialidade auferem.

Estamos, portanto, a gastar dinheiro desnecessariamente quando a curta distância esses partos podem e devem ser transferidos para locais onde existam absolutamente todas as condições e todos os recursos, e onde as equipas dos primeiros, e é bom que isto fique esclarecido, aqui também se possam encaixar.

**Ou seja, estes médicos não deixariam as suas unidades em definitivo, aquelas onde hoje prestam os seus serviços, mas têm a possibilidade de também se integrarem nos hospitais centrais?**

Exacto. Mantêm-se nas suas unidades ao nível do trabalho pré-parto e pós-parto, mas se o entenderem poderão também fazer urgências nas unidades centrais. Todavia, esta regra não tem que ser exactamente assim. Se os médicos quiserem, é uma alternativa que têm, e de sua livre vontade, poderão pedir a transferência para as unidades de urgência em definitivo.

Muitos médicos já começam a entender o caminho que queremos percorrer, e já muitos têm vindo a aderir, nomeadamente pedindo

transferência para as unidades centrais. É o caso, por exemplo, de duas obstetras de Barcelos que já pediram a transferência. Certamente que outros casos haverá.

**A vontade de encerrar alguns blocos de parto não surgiu, certamente, por acaso. Em que estudos se baseou o Governo para tomar as suas decisões?**

É bom esclarecer que a medida agora anunciada, de encerrar alguns blocos de parto, não surgiu com o actual Governo. É algo que já vem atrás. Existem, pelo menos, e que eu tenha conhecimento, quatro estudos. Há o que foi elaborado em 1999, o de 2002, outro em 2004 e agora este estudo já apresentado em 2005. Portanto, não vale a pena andarmos a bater na tecla de que esta política de centralização dos blocos de parto que o Governo quer desenvolver não é sustentada em estudos sérios e mais do que testados. A radiografia está feita e dúvidas a este respeito é coisa que já ninguém tem.

Aliás, estas medidas estiveram praticamente preparadas e quase foram executadas. E só o não foram, recorde-se, porque o anterior Governo estava de facto muito instável e não disponha já de força política para as pôr em prática.

**Estas são medidas que se espera tragam resultados animadores a muito curto prazo?**

Que ninguém tenha dúvidas sobre isso. Para se ter uma ideia do avanço e das melhorias que esperamos alcançar, basta lembrar que dos 200 locais onde antes era possível fazerem-se partos, muitos deles sem os meios técnicos e humanos indispensáveis, para os actuais cinquenta, bem apetrechados e onde existem os melhores especialistas, houve uma redução assinalável nas taxas de mortalidade infantil em Portugal, que aliás nos coloca entre os melhores em todo o mundo.

As estatísticas o que nos dizem é que temos no país cerca de 500 mortos por ano até à primeira semana de vida. Deste número, cerca de 190 serão porventura inevitáveis por diversas razões, mas os restantes 310 podem ser quase garantidamente evitados.

Fica pois evidente que a concentração é a chave do sucesso. Mas desde que haja, por um lado, proximidade a bons transportes, e, por outro lado, a serviços decentes e modernos ao nível da assistência pré-natal, que deverão estar nos locais onde as mães residem. E aqui reside um dos pontos fundamentais de toda esta problemática. Continuarmos a

# Prosseguir

S”



há interesses partidários contra o Partido Socialista, há uma exploração do populismo fácil sobretudo nos municípios da oposição, e também acho que é preciso dizer que, naturalmente, quando aparecem profissionais muito, muito contra esta medida, é preciso saber se eles não têm algum conflito de interesses. Ou seja, deveriam declarar, em minha opinião, quanto é que ganham actualmente e quanto é que deixarão de ganhar quando esta medida estiver em execução. Quem hoje trabalha numa equipa com pouca gente tem a garantia de que está de serviço nas urgências de três ou de quatro em quatro dias. Ora, com estes dias de trabalho assegurados e com uma média de partos de 2,5 por dia, os quais na maior parte ocorrem durante o dia

**“Era interessante que todos os que criticam a política deste Governo para os blocos de parto, dessem a cara”**

apostar numa excelente assistência pré-natal em locais relativamente próximos das residências das futuras mães. É que se este aspecto estiver bem resolvido, não haverá qualquer hipótese de se darem nascimentos, por exemplo, em ambulâncias.

O desejável é que as mães procurem as consultas pré-natal, normalmente localizadas nos centros de saúde, pelo menos seis vezes, número que garante, segundo os técnicos, uma boa assistência e uma consciencialização total dos prazos e do bom andamento da gravidez. Acontece que, se por um lado há mães que já alcançam esta média, e algumas até a superam, muitas há ainda que nem a metade vão. É todo este trabalho que temos pela frente e que queremos realizar. Mas tal só será possível quando conseguirmos concentrar e reorganizar tudo isto de que temos vindo a falar.

**Em sua opinião, porque é que existe uma oposição tão aguerrida contra a concentração de meios logísticos e técnicos, em relação aos blocos de parto, por parte de algumas autarquias, alguns médicos e sobretudo da oposição parlamentar?**

A resposta é para mim clara. Porque há interesses, há o regionalismo,

e não durante a noite, é óbvio que o seu rendimento é substancialmente mais elevado do que seria se estivessem a trabalhar em hospitais centrais e integrados em equipas mais numerosas. Nestas circunstâncias isto quer dizer que fariam menos urgências e conseqüentemente seriam chamados de forma mais espaçada. O que quer dizer também que aufeririam menos dinheiro.

Sem entrar em demagogias, que não é nem quero que seja o meu género de analisar as situações, mas basta recordar que um médico já no topo da carreira, poderá ganhar entre os 50 e os 55 mil euros/ano. Muito bem. Temos conhecimento de vários casos em que esses profissionais recebem, só de horas extraordinárias, entre os 55 e os 56 mil euros/ano. Se juntarmos o vencimento com as horas extraordinárias facilmente se chega a um número que é aquele que o ministério tem de pagar a alguns médicos. Era portanto interessante, nestes casos, que todos dessem a cara quando manifestam estar contra esta medida, para que de uma forma objectiva pudéssemos todos, Governo e opinião pública, apreciar e analisar o tipo de críticas que são feitas, quem as faz e as razões por que são feitas.

# Política do medicamento

**Falemos agora de um outro tema importante. As novas regras, chamemo-lhe assim, da política do medicamento e da liberalização da propriedade da farmácia. O que há de novo aqui?**

Uma profunda revolução, penso eu. Começemos pelas farmácias. Em relação ao ano passado os medicamentos baixaram seis por cento. Este é um dado que não pode ser desmentido. Todos os medicamentos sofreram uma redução desta ordem. Houve alguns dos medicamentos destinados aos pensionistas que tiveram uma baixa de comparticipação que passou dos cem para os 95 por cento. Mas este abaixamento só se deu em alguns medicamentos, porque naqueles que são considerados como indispensáveis à vida dos pensionistas, esses não sofreram qualquer baixa de comparticipação. Ao reduzirmos a comparticipação do Estado em alguns medicamentos quisemos com isso dar uma mensagem no sentido de responsabilizar as pessoas. Há situações de alguns pensionistas, quando a comparticipação do Estado era de cem por cento, que adquiriam certos medicamentos de forma indiscriminada, chegando a ter uma caixa em casa, outra no carro e outra, se fosse preciso, em casa de um familiar. Ora são situações de abuso como esta, que queremos evitar. Quem compra um medicamento comparticipado, terá que o fazer de forma responsável e deve adquirir nova embalagem só quando verdadeiramente precisa. Coleccionar é uma actividade saudável e interessante, mas não o deve fazer com medicamentos.

**Outra medida que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento refere-se às farmácias hospitalares. Constitui de facto uma medida inovadora?**

Sem dúvida. Mas não se tratam, é bom esclarecer este ponto, de farmácias hospitalares, mas de farmácias localizadas em hospitais. Tratam-se de estabelecimentos iguais a todas os outros, concessionados a farmacêuticos por concurso público com a particularidade em relação a todos os outros de estarem abertos 24 horas por dia e 365 dias por ano. A estas farmácias poderão ter acesso não só os doentes que recorrem ao hospital, nomeadamente às consultas externas, como todos os outros que vindos de fora necessitem a qualquer hora do dia de adquirir um medicamento e que possuam uma receita passada por um qualquer serviço de saúde.

**Os medicamentos adquiridos nestas farmácias situadas em hospitais serão ou não mais baratos? A pergunta é feita, porque muita gente se interroga sobre este aspecto.**

Não, a equação não é essa. O que há, e isso pode acontecer,



**“Ao termos reduzido numa pequeníssima percentagem a comparticipação nalguns (poucos) medicamentos, estamos também a dar um sinal para uma maior responsabilização”**

**“Cada proprietário individual, empresa ou grupo de empresas, não poderá, directa ou indirectamente, concentrar a titularidade, exploração ou gestão de mais de quatro farmácias.”**

mas a acontecer poderá passar-se em qualquer farmácia, dentro ou fora das unidades hospitalares, e se essa for também a vontade dos proprietários, é os medicamentos serem vendidos abaixo do preço que está tabelado. Mas esta premissa só acontecerá se e quando os proprietários das farmácias assim o entenderem. É claro que o Governo também poderá ajudar a concretizar este desejo. Para isso teremos que mudar, aliás como já está previsto, a formula de retribuição do farmacêutico. Se ela se mantiver como até aqui, proporcional ao preço de venda, então só muito dificilmente o actual panorama se alterará. Estamos a trabalhar neste dossiê e certamente que muito em breve teremos notícias para dar.

**E em relação à política dos genéricos. Não tem havido alguma má vontade de médicos e farmacêuticos em relação a este tipo de medicamentos?**

Isso não lhe posso garantir. O que sei é que também em relação a este assunto o Ministério tem vindo a tomar medidas que importa sublinhar.

De futuro, por exemplo, o médico tem de dizer na receita se

aceita ou não a substituição. Será portanto algo que ficará sob a sua responsabilidade. Até aqui o médico tinha que dizer que recusava essa substituição. A partir de agora terá que escrever que aceita a substituição.

Nestes casos, o farmacêutico pode substituir, e terá que o fazer vendendo um genérico mais barato. Mas se optar por um medicamento mais caro, então neste caso, terá que ser o farmacêutico a assumir a responsabilidade e pagar a diferença.

Se, por outro lado, for o doente a pedir o medicamento mais caro, então, como já hoje acontece, o doente assina a receita e passa a assumir a diferença no pagamento do medicamento.

Mas outras novidades estão a ser igualmente introduzidas. É o caso, por exemplo, das chamadas taxas adicionais que se pagavam depois das dez da noite e que são agora eliminadas.

Um conjunto de outras reformas foram entretanto e igualmente postas em marcha. Estou a referir-me à eliminação da reserva de propriedade das farmácias, ao facto de cada proprietário individual, empresas ou grupo de empresas, não poderem, directa ou indirectamente, concentrar a titularidade, exploração ou gestão de mais de quatro farmácias, à possibilidade de as instalar em qualquer local, independentemente da capitação, desde que não haja nenhuma a menos de dois quilómetros, à proibição de transacção de novas licenças de farmácias por um período mínimo de cinco anos. Enfim, um conjunto de outras medidas e de reformas, também no capítulo específico da política do medicamento, que julgamos contribuirão para uma mais correcta relação entre os doentes, médicos, farmácias e o próprio Ministério da Saúde, com o objectivo último de uma generalizada e sustentada relação entre todos, tendo sempre como prioridade melhorar o acesso dos cidadãos aos medicamentos, não deixando de ter uma atenção especial na preservação e na qualidade do serviço prestados pelas farmácias.

# PS propõe regras claras e de acordo com os princípios constitucionais

## PROTOCOLO DE ESTADO

PARA estabelecer o princípio constitucional da laicidade e “acabar com a actual prática discricionária e casuística”, o PS apresentou um projecto de lei de Protocolo de Estado que tem como ponto mais polémico a exclusão das autoridades religiosas da lista das altas entidades públicas, admitindo, contudo, que participem nas cerimónias, sempre que convidadas, com a dignidade devida à sua relevância e representatividade.

Na apresentação do projecto de lei, que decorreu na sala de conferências de imprensa da AR, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, que se encontrava acompanhado dos deputados Vera Jardim e Vitalino Canas, sublinhou que esta iniciativa legislativa “visa definir o rosto público do Estado nas cerimónias públicas”.

E lembrou, a propósito, que as autoridades religiosas “não são entidades do Estado” e estão separadas deste, face à Lei da Liberdade Religiosa e à Constituição portuguesa.

No entanto, fez questão de sublinhar, que “quando forem convidadas, as autoridades religiosas devem ter o relevo adequado em função da sua representatividade”.

Ou seja, acrescentou Vera Jardim, “as autoridades religiosas não são excluídas das cerimónias, significa tão-só que não estão elencadas na lista hierarquizada do protocolo



de Estado, devendo as entidades que organizam as cerimónias regerem-se, na minha opinião, por critérios de bom-senso e equilíbrio, atribuindo aos representantes das igrejas um lugar digno de acordo com a sua relevância”.

Alberto Martins salientou que não existe actualmente “uma lei que fixe as regras protocolares e lista de precedências” de altas entidades públicas e que o PS pretendeu “acabar com a prática actual, discricionária e casuística”, salientando que o diploma foi discutido com o Grupo Parlamentar.

“Todos os projectos de lei que

“No 30º aniversário da Constituição da República portuguesa, esta iniciativa consagra, ao nível do protocolo do Estado, a arquitectura constitucional vigente, e adopta como princípios orientadores a ética republicana da dignidade do exercício de funções públicas, o princípio da publicidade do Estado de Direito, a defesa da transparência e segurança em tudo o que respeita a regras protocolares do cerimonial e, muito em particular, a lista de precedências”

### PRÉAMBULO DO PROJECTO DE LEI

são publicitados e da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, todos, são discutidos em termos de princípios gerais com o Grupo Parlamentar. É assim que se deve

fazer”, disse.

De acordo com a proposta do PS, a regra que presidiu à hierarquização protocolar, foi a de fazer prevalecer os órgãos de soberania

sobre os órgãos de eleição popular, os órgãos electivos sobre os de nomeação e os cargos civis sobre os militares.

No que respeita aos deputados, a sua inserção na lista de precedências é feita nos estritos termos da lei em vigor.

Por outro lado, o projecto do PS estabelece a antiguidade como princípio geral para a ordenação das altas entidades públicas dentro de cada instituição.

Segundo o diploma, “o chefe de Estado preside a qualquer cerimónia oficial em que esteja presente, com excepção dos actos realizados na Assembleia da República, aos quais preside o respectivo presidente”.

O projecto estipula também que “o Governo declara o luto nacional, respectiva duração e âmbito, sob a forma de decreto” e que este é “declarado pelo falecimento do Presidente da República, presidente da Assembleia da República ou primeiro-ministro e ex-Presidentes da República e ex-primeiros-ministros”.

O luto nacional é ainda declarado “pelo falecimento de personalidade, ou ocorrência de evento, de excepcional relevância”.

Relativamente ao lugar das “entidades de Estados estrangeiros e de organizações internacionais”, o projecto de lei do PS estabelece que estes “têm tratamento protocolar equivalente às entidades nacionais homólogas”.

J. C. CASTELO BRANCO

## Contadores de água, electricidade e gás deixam de ser pagos

OS CONTADORES para medir os consumos de água, gás e electricidade vão deixar de poder ser cobrados aos utentes, directa ou indirectamente, devendo os seus custos ser assumidos pelos prestadores. Este é o ponto central do projecto de lei que o PS apresentou no Parlamento sobre os serviços públicos essenciais.

O diploma proíbe que seja cobrada “qualquer importância a título de preço, aluguer ou amortização de contadores ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados” ou “qualquer outra taxa de efeito equivalente”.

Entre outras alterações à lei dos serviços públicos essenciais em vigor há dez anos, o PS quer alargar o âmbito daquele diploma de forma a incluir o fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, as comunicações electrónicas, os serviços postais, a recolha e tratamento de águas residuais e os resíduos sólidos urbanos.



Segundo salientou o deputado Renato Sampaio, um dos subscritores do projecto de lei do PS, “são serviços que ganharam terreno na última década e não podem ficar de fora dos direitos dos consumidores”, sublinhando que “os telemóveis e a Internet passaram a ser essenciais para as pessoas terem uma boa qualidade de vida”.

Por isso, sustentou, “devem ser considerados serviços públicos, que o Estado concessionaria a empresas, que têm a obrigação de prestar um bom serviço”.

Renato Sampaio acrescentou que isso implica “a obrigação de prestarem serviços em boas condições, sem discriminações regionais ou quaisquer outras, a preços

aceitáveis, porque o cidadão tem o direito de usufruir deles”.

Além de retirar a possibilidade de cobrar qualquer importância pelos contadores, o diploma proíbe a cobrança de “qualquer taxa que não tenha uma correspondência directa com um encargo em que a entidade prestadora de serviço efectivamente incorra”.

Renato Sampaio salientou que as empresas são também obrigadas a ter “tarifários mais claros” e que os litígios resultantes da prestação de serviços devem tentar solucionar-se, primeiro, através de “resolução extrajudicial de conflitos do consumo”.

“São pequenas medidas, mas é um grande passo na defesa do consumidor. Este projecto de lei, que altera a lei 23/96, tem uma grande dimensão e vai atingir muitos milhares de cidadãos”, acrescentou o dirigente socialista.

O diploma estabelece ainda que o direito das empresas a receberem “o preço do serviço prestado cadu-

ca seis meses após a sua prestação”, bem como o direito a receber dívidas quando “foi paga importância inferior à que corresponde ao consumo efectuado”.

Outro dos artigos determina que “a exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utente, por escrito, com uma antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data limite fixada para efectuar o pagamento”.

O preâmbulo do projecto de lei refere que “foi alargado o âmbito da regra sobre ónus da prova a cargo do prestador do serviço”, estabelecendo que cabe às empresas provar “todos os factos relativos ao cumprimento das suas obrigações e de diligências decorrentes da prestação dos serviços”.

Ainda de acordo com o diploma, cabe igualmente a quem presta os serviços provar a “realização das comunicações” relativamente “à exigência do pagamento e do momento em que as mesmas foram efectuadas”.



# Envolver o Parlamento nas nomeações para a União Europeia



**Os deputados Alberto Martins, Vitalino Canas e António Vitorino apresentaram em conferência de imprensa um projecto de lei com o objectivo de reforçar o controlo dos actos da União Europeia pela Assembleia da República.**

O Partido Socialista quer conferir ao Parlamento a possibilidade de aumentar o seu controlo sobre as nomeações do Governo para cargos na União Europeia (UE).

De acordo com o diploma socialista, de futuro, o Governo deverá enviar à Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República os nomes e os currículos dos elementos que pretende nomear, quando se trate de personalidades para cargos nas instituições ou órgãos da UE de natureza não jurisdicional, ou seja, não sujeitos a concurso.

Hoje, recorde-se, esta acção compete à esfera das responsabilidades do Governo, num quadro legal pouco estruturado.

No projecto de lei do Partido Socialista, o novo procedimento aplica-se à nomeação ou designação para cargos dirigentes das agências europeias, cabendo à Comissão de Assuntos Europeus passar a elaborar um parecer não vinculativo, como sublinhou o deputado do PS Vitalino Canas, podendo para o efeito proceder à audição das personali-

dades indigitadas.

Em relação aos cargos de natureza jurisdicional, os socialistas propõem que o Parlamento eleja uma comissão de selecção independente, composta por um presidente e quatro vogais, "eleitos entre personalidades de reconhecido mérito por maioria absoluta dos deputados".

Esta comissão ficará cometida da responsabilidade de elaborar um parecer não vinculativo sobre uma lista de pelo menos três nomes de candidatos para cada lugar, lista essa que será enviada ao Parlamento pelo Governo, e que, caso sofra alguma contestação por parte da comissão, ela terá, obrigatoriamente, "que fundamentar os motivos".

O projecto do PS estabelecer ainda que estão excluídos deste regime as nomeações sujeitas a concurso e os candidatos a membros da Comissão Europeia, do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social, "bem assim como os candidatos a deputados do Parlamento Europeu".

Como foi referido nesta apresentação pública do diploma, o PS ao anunciar este projecto de lei, mais não se pretende do que, por um lado, colmatar o que classifica de uma "inconstitucionalidade", por diversas vezes aliás denunciada pelo próprio provedor de Justiça, e, por outro lado, como acentuou Vitalino Canas, "procurar promover uma efectiva aproximação da actividade legislativa entre a Assembleia da República e o Parlamento Europeu", em nome da

transparência, dignidade e legitimidade das nomeações para cargos em instituições ou para os diversos órgãos da UE.

Mas o projecto socialista vai mais longe ao propor que passe a ser obrigatório que a Comissão de Assuntos Europeus se pronuncie sempre que a União Europeia tome decisões sobre matérias que a nível interno estão no âmbito das responsabilidades da Assembleia da República, respondendo assim "às preocupações do défice democrático europeu" que na perspectiva de António Vitorino, presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, também presente nesta conferência de Imprensa, "na maioria das vezes, começa nos próprios parlamentos nacionais".

Para o ex-comissário europeu e dirigente socialista, a política europeia há muito que deixou de ser vista ou sequer considerada como um assunto estritamente enquadável na política externa, uma vez que, como referiu, ela deve ser observada, não como qualquer coisa que respeita a outros países, mas sim a algo que tem directamente a ver com o nosso quotidiano, uma vez que, como recordou, mais de 70 por cento da legislação interna, "resulta de legislação europeia".

Vitorino lembrou que o projecto socialista está sustentado em exemplos de outros parlamentos nacionais, como o sueco, dinamarquês ou britânico, que igualmente aprovaram projectos de lei semelhantes.

R.S.A.

## OPINIÃO



**LUÍS PITA AMEIXA**  
Deputado

*Ao receber*

*Cavaco Silva*

*no Parlamento,*

*o presidente*

*da instituição*

*parlamentar*

*sobe ser um*

*anfitrião ins-*

*tucionalmente*

*correcto,*

*mas deixou*

*claramente*

*subentendida*

*a plangência*

*da maioria*

*dos deputados,*

*representantes da*

*nação, por, pela*

*primeira vez,*

*um Presidente*

*da República*

*ali se apresentar*

*recusando*

*ostentar o*

*símbolo da*

*data que se*

*homenageava*

*— o cravo.*

## Importantes palavras de Gama

O PRESIDENTE da Assembleia da República, Jaime Gama, proferiu um interessante discurso na sessão comemorativa do 32º aniversário do 25 de Abril.

Parece que não foi bem notada a importância das palavras do presidente do Parlamento, ofuscadas que foram, na Comunicação Social, pelo primeiro discurso, após a posse, do Presidente da República, Cavaco Silva, por ser o primeiro, só por isso, porque de resto se tratou de uma arenga fácil, ainda que importante, a favor dos mais necessitados.

Um jornal, o "Diário de Notícias", chegou mesmo a memorizar expressamente o discurso de Jaime Gama!

Ao receber Cavaco Silva no Parlamento, o presidente da instituição parlamentar soube ser um anfitrião institucionalmente correcto, mas deixou claramente subentendida a plangência da maioria dos deputados, representantes da nação, por, pela primeira vez, um Presidente da República ali se apresentar recusando ostentar o símbolo da data que se homenageava — o cravo. Foi um momento forte. Foi uma afirmação do Parlamento.

Contudo, para além do mais, as duas partes mais significativas foram a demonstração da estabilidade política da nossa democracia e a resposta às críticas do momento ao exercício do mandato parlamentar.

Sobre o primeiro destes aspectos, Jaime Gama vem convocar a nossa memória para a nossa história política dos últimos dois séculos, para fazer lembrar, a todos, que estamos a viver, actualmente, nos últimos 30 anos, após o 25 de Novembro, o melhor período de estabilidade do nosso país.

Com o decesso do "ancien regime" e instaurada a nossa primeira democracia, após a revolução de 1820, Portugal viveu "vários avanços e recuos, muita perturbação, vários pronunciamentos e golpes de Estado absolutistas, a presença estrangeira, uma guerra civil prolongada por alguns anos, a expulsão e regresso das ordens religiosas".

Mesmo com a Regeneração, e o rotativismo da segunda metade do século XIX, vigorou bastante instabilidade legislativa e política, os códigos e leis sucederam-se em catadupa, alguns vigorando um ápice, algumas revoltas, muitos ministérios formando-se e substituindo-se, muitas contradições à flor da pele, querela religiosa de católicos e anticatólicos, a ditadura franquista, o regicídio.

Com a República foram breves 16 anos de turbulência e alguma violência, o anticlericalismo, a guerra de 14-18, o sidonismo.

E também no regime autoritário saído do 28 de Maio de 1926, lembra-nos, "as sucessivas flutuações da ditadura militar inicial e os contragolpes a que deu origem, as tensões sempre verificadas na transição para um modelo de ditadura civil, a grande instabilidade inicial, as sucessivas revoltas político-militares, as grandes crises no final dos fascismos europeus e todas as movimentações que antecederam o imobilismo colonial" e, ainda, tudo isso "aliado a níveis económicos extremamente baixos, geradores de emigração massiva, com profundas arbitrariedades no plano social, e, para mais, arrastando o país para o prolongamento de uma guerra sem sentido por mais de uma década no seu período final".

Ora aqui está um importantíssimo contributo para a nossa análise do 25 de Abril, que, até agora, não tinha sido suficientemente posta em relevo e nos ajuda a perceber um valor inédito e enorme da nossa democracia: 30 anos de estabilidade!

Outra contribuição importante do discurso diz respeito à reacção ao clima de crítica, em enorme medida injustificada que, na circunstância, estava no auge, contra os deputados, por causa de um caso isolado de falta de quórum num momento dado de votação no Parlamento.

O presidente da Assembleia da República teve o acerto e mérito de não fugir à questão, ao contrário do que muitos pensavam.

Afirmou que nenhum titular de responsabilidades políticas e públicas pode ter "a ilusão de que é domesticável a obsessão informativa e, por isso, deve estar preparado para enfrentar os diversos graus de qualidade com que ela se exerce, e há-de saber extrair para a sua acção as ilações correctas de um exercício que é sem dúvida eminentemente — e sistematicamente — crítico", concluindo judiciosamente que "o caminho é o de absorver em permanência o sentido útil da crítica, mesmo se injustificada".

Finalmente, assenta que a resposta deve estar num objectivo reformador e sinaliza não estar de acordo com aqueles que mostram medo de enfrentar tal caminho, enganadamente convencidos de que encontrarão melhores momentos para o fazer, como se fosse verdade que mexer no funcionamento parlamentar não criasse sempre igual agitação e não convocasse imediatamente a actualização de todas as vivências do passado e seus fantasmas.

Citando: "Nem a crítica injusta ou demagógica nos deve inibir quanto à interpretação adequada do sentido crítico da opinião pública e à extracção das devidas consequências no plano das medidas a tomar" e, mais adiante, "a resposta parlamentar, quando convocada, não deve ser a de contemporização com a inércia, ou de pusilanimidade ante os detractores".

Em conclusão, "o Parlamento deve ser a primeira — e não a última — das grandes instituições do Estado a assumir em plenitude a postura de reforma permanente." E "a reposta parlamentar só pode ser: mais e mais rigoroso rigor, mais transparência, acrescido sentido de responsabilidade".

# Recuperar as cidades sem endividar as autarquias

**O ministro do Ambiente quer que a reabilitação urbana das cidades se possa fazer sem que haja necessidade de recurso aos limites estabelecidos para o endividamento das autarquias.**

A REABILITAÇÃO urbana, diz Francisco Nunes Correia, ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, está já hoje excluída dos limites ao endividamento das autarquias por uma excepção que está prevista no Orçamento de Estado (OE) de 2006, mas que apesar disso, lembra, “queremos que isto aconteça de forma generalizada”.

Com efeito, o Orçamento de Estado de 2006 isenta do cálculo da capacidade de endividamento municipal, entre outras excepções, os empréstimos contraídos para execução de programas de habitação social e renovação de áreas urbanas degradadas.

Ora, na opinião de Francisco Nunes Correia, este cenário abre todas as possibilidades de se avançar com programas de requalificação e reabilitação urbana, situação que na sua perspectiva, se deve manter porque é “preciso trazer mais e melhor habitação para os centros das cidades”.

O ministro do Ambiente falava no Cacém, arredores da cidade de Lisboa, durante a visita que efectuou às obras de requalificação urbana que ali estão a decorrer no âmbito do Programa Polis, na companhia da ministra espanhola da Habitação Maria Antónia Trujillo Rincón, que considerou este “um bom exemplo” do que é possível fazer em termos de requalificação, “mesmo em áreas densamente urbanizadas”.

Sublinhando as palavras da ministra espanhola, Nunes Correia adiantou que o programa Polis, que neste momento, recorde-se, está a ser executado em diversas cidades e vilas no país, não pretende só e apenas, desenvolver a vertente da requalificação dos espaços urbanos ou dos centros com características históricas, mas igualmente “apostar nos bairros críticos com problemas de exclusão social”.

A deslocação a Portugal da responsável pela política da habitação no Governo do país vizinho realizou-se no âmbito do II Congresso Internacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que teve lugar em Lisboa.

Pegando nesta ideia de que o Programa Polis não visa somente a requalificação de centros históricos, mas que vai mais longe na sua ambição, Francisco Nunes Correia lembrou o trabalho entretanto já empreendido, e igualmente



enquadrado nesta iniciativa, em zonas ou bairros degradados como a Cova da Moura, na Amadora, Vale da Amoreira, no concelho da Moita, ou o bairro do Lagarteiro, na cidade do Porto.

O Programa Polis é mais ambicioso, referiu ainda o ministro, lembrando a propósito o objectivo de hierarquizar e concretizar a aplicação dos instrumentos de gestão e ordenamento do território, com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), instrumento principal que coordena todos os restantes na área da gestão urbanística.

Este programa foi entretanto apresentado publicamente e contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates.

Neste encontro realizado em Lisboa, Nunes Correia anunciou que o Governo pretende também ter concluído, até meados de 2007, todos os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Recorde-se que actualmente apenas a Área Metropolitana de Lisboa está abrangida por um PROT, devendo o do Algarve, como garantiu o ministro, “estar pronto até ao final deste ano”.

## O planeamento como instrumento de modernização

Quando todos estes instrumentos estiverem aprovados, e Nunes Correia referia-se ao PNPOT e aos PROT, o que se espera possa acontecer já em 2007, “estaremos então perante uma verdadeira simplificação administrativa”, facto que em muito ajudará, como defendeu, “a uma mais correcta e

célere gestão do território”.

Com a entrada em vigor destes dois importantíssimos instrumentos de gestão do território, e na opinião do titular da pasta do Ambiente e Ordenamento do Território, Portugal passará a dispor de uma fonte importante capaz de atrair novos investimentos a realizar no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio de 2007/2013.

O Governo apresentou, numa sessão pública realizada nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), um documento estratégico para as políticas de gestão do território.

Coube ao ministro Francisco Nunes Correia e ao secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão, a apresentação da proposta do PNPOT, entretanto já aprovada em Conselho de Ministros no passado dia 8 de Março.

## Discussão do PNPOT

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, recorde-se, é um documento que enquadra as políticas e instrumentos de gestão do território, contemplando as orientações fundamentais de um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais.

Por outro lado, o PNPOT passará igualmente a ser decisivo ao definir as diversas intervenções que possam ter impacte territorial

relevante, incluindo as que venham a ser consideradas no âmbito dos fundos comunitários para o período de 2007/2013.

São seis os objectivos estratégicos deste programa. Desde logo, ao apostar na conservação e valorização da biodiversidade, dando especial atenção ao património natural, paisagístico e cultural, sem esquecer, em simultâneo, o necessário reforço da competitividade do país, nomeadamente através do reforço das infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais, e assegurando, por outro lado, a equidade territorial no acesso às infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, expandindo as redes e infra-estruturas de informação e de comunicação e melhorando a qualidade e eficiência da gestão territorial.

## Simplificar acordo com as autarquias

O primeiro-ministro defendeu a abertura de negociações entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) tendo em vista a criação de um novo sistema que possa simplificar o actual quadro regulamentar ao nível da gestão do ordenamento do território.

Para José Sócrates, o país vive confrontado com uma verdadeira “selva regulamentar” no que respeita aos instrumentos de gestão do território, razão mais do que suficiente para que o Executivo, na sua perspectiva, e em conjunto com o organismo que reúne os municípios, encontre mecanismos apropriados capazes de operacionalizar todas a problemática que

respeita à gestão do território.

“Temos uma situação preocupante que condiciona a actividade económica, inviabiliza o desenvolvimento sustentado do país e permite sucessivos atentados ao ambiente”, disse Sócrates, justificando a necessidade de o Governo e as autarquias encontrarem os caminhos mais adequados para inverter este cenário.

Esta é a razão porque, disse, o Governo quer sentar-se à mesa e negociar com a ANMP um sistema “mais transparente, mais coerente, com responsabilidades bem diferenciadas e mais expedito no que respeita ao ordenamento do território”.

Entre as alterações que quer ver introduzidas no próximo programa de gestão do território, “para que Portugal possa passar a dispor de uma melhor gestão do seu território”, o primeiro-ministro destacou, entre outras, a redução da carga administrativa e acabar, quanto antes, com alguns prazos, que na sua opinião são “incompreensíveis”.

Segundo José Sócrates, o PNPOT, que após o período de discussão pública, deverá ser aprovado pela Assembleia da República em finais deste ano, definirá as orientações estratégicas do Estado português para os ministérios, para as regiões e para os municípios ao nível do ordenamento do território.

É certo, sustentou, que o planeamento não é tudo, “mas abdicar de planear e deixar tudo ao mercado é o mesmo que confiar somente na sorte”. O Estado, disse ainda o primeiro-ministro, “deve ter uma concepção de conjunto sobre o território nacional”.

# Defesa da floresta é tarefa de todos



CRIAR condições para a “redução progressiva” dos fogos em Portugal é o objectivo central do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado por uma resolução do Conselho de Ministros publicada no passado dia 26 em “Diário da República”.

O Governo pretende com o PNDPCI obter resultados que permitam “reduzir a área ardida a menos de 100 mil hectares/ano em 2012”, um objectivo ambicioso se tivermos em conta que os incêndios florestais destruíram em Portugal 325.226 hectares em 2005, 129.539 em 2004 e 425.706 em 2003, o pior ano de sempre no país neste domínio.

O diploma refere que o Executivo quer “optimizar a eficiência da prevenção, da vigilância, da detecção e da fiscalização, aumentar o valor da floresta, explorando de forma inovadora a utilização do espaço florestal, gerir eficiente e eficazmente os meios de combate e garantir uma articulação de esforços entre todos os intervenientes” neste domínio.

Para alcançar os objectivos, acções e metas consagradas no PNDPCI, preconizam-se intervenções em três domínios prioritários: prevenção estrutural, vigilância e combate aos fogos.

Assim, são identificados cinco linhas estratégicas de actuação: aumento da resistência do território aos incêndios florestais, redução dos mesmos, melhoria do ataque e da gestão dos fogos, recuperação e reabilitação dos ecossistemas e adaptação da estrutura orgânica e funcional em termos de Protecção Civil em geral.

O PNDPCI sublinha a necessidade de uma acção concreta e persistente na política de sensibilização,

no aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do risco de incêndio e no desenvolvimento de sistemas de ligação às estruturas de prevenção, detecção e combate, reforçando a capacidade operacional.

O reforço dos sapadores florestais, o papel da GNR, através do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (criado este ano) e do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (recentemente reforçado com a integração dos 400 guardas florestais oriundos da Direcção-Geral dos Recursos Florestais), e a melhoria da capacidade de intervenção dos bombeiros visarão garantir a redução gradual do tempo de resposta da primeira intervenção ou ataque inicial aos fogos.

Tendo em vista a redução da área ardida, o Governo estabelece no PNDPCI “um quadro de responsabilidade muito claro”, atribuindo as acções de prevenção à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, a vigilância, detecção e fiscalização à GNR, o combate ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e a ligação funcional entre todos esses agentes ao nível do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que começou a funcionar este ano.

O SIOPS é um conjunto de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de Protecção Civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

As Forças Armadas consideradas também agentes de Protecção Civil colaboram no sistema de vigilância contra incêndios (principalmente das matas públicas nacionais) e na sensibilização das populações para

os riscos de fogo, desempenhando acções de patrulhamento durante o Verão.

## Articular esforços na luta contra os incêndios

O Governo considera que a luta contra o drama dos incêndios, que só em 2003 foram causa directa de vinte mortes em Portugal, cabe a todos em geral.

Por isso, o PNDPCI pretende “convocar o país, articular esforços entre todos, os pequenos e médios proprietários florestais, agricultores, grandes empresas do sector, diversas entidades, empresas de abastecimento e distribuição públicos, autarquias locais, organismos da Administração Pública e todos os agentes que intervêm sobre o território, de forma a tornar as florestas e os aglomerados populacionais mais resistentes ao fogo, promovendo uma política de defesa da floresta contra incêndios”.

De salientar que o PNDPCI consagra as decisões que têm sido tomadas pelo Executivo ao longo do último ano neste área, nomeadamente quanto às Zonas de Intervenção Florestal (para melhorar o ordenamento e a gestão das florestas), revisão do programa de sapadores, revisão do quadro contra-ordenacional do uso do fogo, medidas tendentes à regularização da situação jurídica dos prédios rústicos sítos em áreas florestais, estratégia para a recuperação das áreas ardidas e redução do IVA de 21 para cinco por cento nas operações de silvicultura preventiva.

O diploma refere ainda que as mudanças estruturais previstas no PNDPCI deverão sentir-se progressivamente até 2012.

## OPINIÃO



MIGUEL FREITAS  
Relator da Comissão  
Eventual de Fogos Florestais

*O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que o Governo apresentou, define como metas a atingir em 2012, áreas ardidas inferiores a 100 000 ha, com redução do tempo de intervenção para reduzir fogos com mais de 24 horas.*

## Fogos florestais: situação e perspectivas

TODOS os anos, no início de cada época de fogos florestais, o país é assaltado por um enorme sentimento de ansiedade. São muitas as perguntas que cada um de nós faz. Será que, este ano, vamos voltar a ter o país a arder? Será que estamos preparados para enfrentar os fogos florestais? Será que tudo está a ser feito para termos mais vigilância, mais e melhores meios de combate e de investigação aos fogos?

Há uma resposta que todos conhecemos. Este ano, vamos voltar a ter fogos florestais. Os factores de risco existem. A floresta não mudou de um ano para o outro. Os problemas estruturais mantêm-se. E todos tememos que se voltem a repetir as condições climáticas que agravam o risco de incêndio.

Mas há também a ideia generalizada que este ano o país está melhor preparado para fazer frente ao fogo. O Governo colocou no terreno um novo dispositivo de operações de protecção e socorro, com unidade de comando, com maior nível de coordenação na vigilância, com reforço para a 1ª Intervenção, com segmentação clara em matéria de ataque ampliado e com melhor comunicação. Há melhor organização, há mais meios disponíveis, há mais formação e profissionalização nos operacionais.

Todos temos a noção que este é um problema cada vez maior para o país, que decorre do agravamento das nossas condições climáticas, de um longo período de abandono da actividade agrícola e de políticas de arborização que não tiveram em conta a economia e a ecologia dos territórios rurais e dos sistemas silvícolas tradicionais.

A consequência disso é que Portugal é, hoje, o país do Sul da Europa mais afectado pelos fogos. Entre 1980 e 2004 houve um fogo por cada 20 hectares de território e ardeu o equivalente a 30 por cento da área do país. A média anual de área ardida quase triplicou entre a década de oitenta e os primeiros seis anos do século XXI, em que foi de 192 mil hectares.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que o Governo apresentou, define como metas a atingir em 2012, áreas ardidas inferiores a 100 mil hectares, com redução do tempo de intervenção para reduzir fogos com mais de 24 horas. Recordo que apenas um por cento dos fogos são responsáveis por 90 por cento da área ardida.

Por outro lado, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal dão orientações claras sobre o tipo de floresta a desenvolver em cada região, bem como definem as normas de condução dos espaços florestais, os critérios de selecção das espécies e os modelos de silvicultura que melhor se adaptam a cada território.

Mas de nada valem as grandes orientações se não formos capazes de mobilizar a iniciativa privada. É com os produtores e proprietários florestais que deve ser construído o desenvolvimento florestal. Deve-se reforçar a prioridade ao associativismo florestal, encarando o serviço prestado pelas associações como um bem público e simplificando os mecanismos de apoio a essas entidades. Mas deve-se ser selectivo, introduzindo um sistema de avaliação de desempenho.

É, evidente, que perspassa todo este movimento a criação das Zonas de Intervenção Florestal. É uma figura essencial que será o centro das políticas de associativismo florestal. Estão em constituição mais de uma centena de ZIF com uma área de 150 mil hectares.

Mas, também, é fundamental o papel dos municípios, quer ao nível do planeamento, com a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, mas também na execução de medidas essenciais de estruturação dos seus territórios florestais.

Há outros níveis de intervenção pública essenciais na gestão florestal em Portugal, nomeadamente, a do ICN nas Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000 e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais nas Matas e Perímetros Florestais.

# Segurança Social recupera 152 milhões

**Nos primeiros três meses de 2006, a Segurança Social conseguiu recuperar mais de 152 milhões de euros de dívidas dos contribuintes, verba que perfaz cerca de 44 por cento do total do montante em dívida.**



O SISTEMA da Segurança Social cobrou, no primeiro trimestre deste ano, cerca de 152 dos 350 milhões de euros de dívidas dos contribuintes que o Governo, em Janeiro passado, disse querer recuperar ao longo deste ano.

O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que adiantou, por outro lado, que do montante total apurado, 20 milhões de euros, ainda não entraram nos cofres do Estado porque resultam de acordos celebrados com grandes devedores que se encontram enquadrados num programa de pagamento faseado.

Este montante agora recuperado, referiu, representa um crescimento de 362,3 por cento face a igual período do ano anterior, que na altura se cifrou num encaixe em cerca de 32,9 milhões de euros.

Os resultados, e face a estes dados do primeiro trimestre, representam

44 por cento da meta projectada para 2006. Uma das explicações para se terem alcançado estes números, disse também Vieira da Silva, resulta do aumento em 106 por cento das notificações a contribuintes, que passaram de 10867 acções no primeiro trimestre de 2005 para 22339 no mesmo período deste ano.

Outro dos factores que ajudaram a alcançar estes resultados, ainda na opinião do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, teve a ver com a fiscalização empreendida junto dos contribuintes, tarefa onde se registou um acréscimo de acções na ordem de mais 24,5 por cento.

Mas outras actuações relevantes

foram igualmente levadas a efeito pelos serviços deste Ministério com resultados bastante positivos. É o caso, por exemplo, das acções domiciliárias levadas a cabo junto dos beneficiários das prestações sociais, onde se registou uma subida de mais de 14,3 por cento, passando de 7976 visitas em 2005, para 9117 durante os primeiros três meses de 2006. Neste iniciativa, referiu o titular da pasta do Trabalho, apurou-se uma poupança estimada em 542 mil euros.

Também no que respeita ao subsídio de doença, as convocatórias para os serviços de verificação de incapacidade, no caso das baixas superiores a 30 dias, aumentaram para 37.225,

A Segurança Social recuperou no primeiro trimestre de 2006 mais de 152 milhões de euros de dívidas dos contribuintes ao sistema. O valor apurado representa um aumento de mais de 362 por cento em relação a igual período de 2005.

O combate à fraude e evasão contributivas afigura-se para este Governo como elemento fundamental para o equilíbrio das contas da Segurança Social.

contra as 13.038 realizadas nos primeiros três meses do ano passado.

Estes números foram divulgados durante uma conferência de Imprensa realizada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que serviu para apresentar o balanço do plano nacional de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais, e onde o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, realçou que em Abril foi concluída a acção nacional de fiscalização do Rendimento Social de Inserção, com 6183 acções, donde resultou uma poupança estimada de 1,4 milhões de euros.

O secretário de Estado afirmou, a propósito das queixas das empresas

que receberam notificações por parte da Segurança Social, de dívidas já entretanto regularizadas, que a medida serviu como “passo que tinha que ser dado”, tendo em conta, “que há muitos anos que nada era feito para detectar as contribuições em dívida”.

Para o titular da pasta do Trabalho, Vieira da Silva, “o resultado positivo” alcançado no combate à fraude é um elemento importante para o equilíbrio das contas da Segurança Social, tendo ainda salientado que apesar deste enorme esforço, “muito há ainda a fazer”.

Todavia, como sublinhou, sem estas acções, e outras já programadas que se seguirão, dificilmente se conseguirá alcançar o desejado equilíbrio que o ministério pretende no sentido de uma maior sustentabilidade do sistema, no âmbito da anunciada reforma da Segurança Social.

Vieira da Silva salientou que o plano de combate à fraude, iniciado em Abril passado, “constitui um elemento fundamental”, não tendo até agora sido detectada nenhuma alternativa a este caminho. O objectivo, disse, é que “no final de 2006 o sistema se mantenha numa situação de equilíbrio ou mesmo de ligeiro excedente”.

R.S.A.

## Disciplinar o endividamento autárquico

FINANÇAS PÚBLICAS

O MINISTRO das Finanças considerou fundamental, para a consolidação orçamental, que se estabeleça “um limite de endividamento para cada autarquia, com penalizações para quem não cumpre”.

“Terão de ser aplicadas sanções razoáveis, à semelhança do que acontece com os governos regionais”, porque, acrescentou Teixeira dos Santos, “é preciso impor disciplina em alguns sectores”.

Por outro lado, referiu que o Governo está a estudar mecanismos para reduzir os funcionários da Administração Central numa base voluntária, adiantando que a redução da despesa pública vai mexer com 570 mil funcionários.

“O Plano de Reestruturação da Administração Pública do Estado (PRACE) vai certamente mexer com os funcionários e não posso ignorar que terá custos sociais”, declarou o ministro durante a conferência do Lake, que decorreu em Vila-moura sob o tema “Redução da Despesa Pública – Reforma da Administração do Estado”.

Além do ministro das Finanças, a conferência contou com a presença de gestores, deputados do PS, do PSD e vários economistas portugueses.

Para atingir os objectivos de reduzir a despesa pública, Teixeira dos Santos apontou ainda como sendo de crucial importância o “controlador financeiro” dos ministérios para acompanhar a execução orçamental com rigor.

Trata-se, explicou, de “uma medida para implementar processos de cultura de rigor na gestão que permita acompanhar com rigor os investimentos públicos, para não haver desvios e impedir alguns desmandos”.

## Governo quer facilitar doações de órgãos em vida



PERMITIR a doação e transplante de órgãos não regeneráveis em vida entre cidadãos sem qualquer relação de parentesco, até agora proibidas, é o objectivo da proposta de lei do Governo apresentada pelo ministro da Saúde no Parlamento.

Com a actual legislação, a doação de órgãos não regeneráveis, como rins, só era possível desde que o dador tivesse com o receptor uma relação de parentesco até ao 3º grau, o que apenas possibilitava doações entre avós e netos, pais e filhos, irmãos, bisavós e bisnetos e entre tios e sobrinhos.

“A nossa proposta visa alterar esta situação

e permitir que qualquer pessoa maior e capaz possa doar tecidos, células ou órgãos, desde que a doação não envolva uma diminuição grave da saúde do dador”, afirmou Correia de Campos.

O titular da pasta da Saúde sublinhou ainda que este diploma “permitirá, nomeadamente, as doações em vida de órgãos e tecidos não regeneráveis entre cônjuges”.

Correia de Campos justificou esta alteração pela estagnação e declínio das doações em Portugal, o que, no caso do transplante renal, resulta numa lista de espera de 2839 pessoas.

De acordo com a exposição de motivos da proposta de lei, o Executivo socialista pretende “reduzir o tempo de espera dos cidadãos que aguardam por um transplante”, “diminuir os custos associados àquela espera” e “permitir àqueles que pretendam doar tecidos ou órgãos não regeneráveis que o façam”, ainda que não possuam qualquer relação de parentesco com o receptor.

De salientar que estas doações estarão sujeitas à obtenção do parecer favorável de uma Entidade de Verificação da Admissibilidade da Colheita para Transplante, criada com o mesmo diploma.

# Reforma é inevitável para garantir sustentabilidade

## SEGURANÇA SOCIAL

O GOVERNO vai apresentar o impacto financeiro das medidas incluídas na reforma da Segurança Social durante a negociação com os parceiros sociais, anunciou o ministro do Trabalho e Solidariedade, Vieira da Silva.

“Há uma crescente consciência de que é preciso tomar medidas”, afirmou o governante, acrescentando que a reforma proposta pelo Executivo é “corajosa e inevitável para garantir a sustentabilidade da Segurança Social”.

“Vamos apresentar o impacto financeiro depois de discutidas as orientações globais das medidas”, garantiu Vieira da Silva depois de ter participado no passado dia 31, na sessão de abertura do colóquio internacional intitulado “Sustentabilidade do sistema de pensões – Garantir as pensões dos portugueses”, organizado pela comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

O Governo apresentou um conjunto de medidas que passam por ligar as pensões de reforma à



esperança média de vida e acelerar a entrada em vigor da fórmula de cálculo das pensões que considera toda a carreira contributiva.

O Executivo propôs também que a variação anual do valor das pensões seja estabelecida em função da inflação e do crescimento do Produto Interno Bruto, que as reformas do sistema público tenham um patamar máximo e que a taxa contributiva dos trabalhadores varie, ainda que moderadamente, em função do número e filhos.

Este pacote de medidas está a ser discutido em concertação social, tendo as quatro confederações patronais e as duas confederações sindicais apresentado no passado dia 29 um primeiro parecer sobre a proposta.

Sobre as críticas feitas nestes pareceres, Vieira da Silva disse ser “natural que existam opiniões distintas”, sublinhando que os parceiros sociais, embora com perspectivas diferentes, estão empenhados na discussão da reforma da segurança social.

## Sócrates deseja boa sorte à selecção



## MUNDIAL 2006

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, disse acreditar na possibilidade de a selecção portuguesa de futebol conquistar o título mundial na Alemanha, durante a visita que fez no dia 30 em Évora, à formação comandada por Scolari.

“Com certeza que acredito. Acredito que o país tem uma grande selecção e é capaz de fazer um grande torneio”, afirmou José Sócrates, quando questionado sobre a possibilidade de Portugal vencer a prova que vai decorrer 9 de Junho e 9 de Julho.

Acompanhado do ministro da Presidência,

Pedro Silva Pereira, e do secretário de Estado do Desporto e Juventude, Laurentino Dias, o chefe do Governo explicou que se deslocou a Évora apenas para transmitir uma palavra de confiança aos jogadores e desejar-lhes boa sorte para o Mundial.

“Venho dar uma palavra de confiança a toda a equipa. Dizer-lhes aquilo que eles sabem, que têm o apoio e a simpatia de todo o povo português. E fazer aquilo que me compete fazer. Não é dar-lhes a tática, é apenas desejar boa sorte, a única coisa que a equipa precisa, porque tem todo o talento, todas as capacidades e recursos para fazer um grande torneio”, afirmou José Sócrates.

“Tenho a certeza de que o que os portugueses esperam da sua selecção é que dê o seu melhor. Tenho a certeza de que é isso que vão fazer. Com sorte, conseguirão os seus objectivos”, acrescentou.

O primeiro-ministro referiu ainda que irá deslocar-se à Alemanha, para ver ao vivo o encontro com Angola, a 11 de Junho, em Colónia. “Estarei presente no primeiro jogo”, disse.

No final da cerimónia, o chefe do Executivo recebeu, das mãos do presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), Gilberto Madaíl, uma camisola oficial da selecção portuguesa, com as inscrições “12” e “J. Sócrates”.

## Programa Escolhas renovado até 2009



NA SUA reunião de 25 de Maio, o Conselho de Ministros renovou o Programa Escolhas, criado em 2001, de forma a concretizar dois eixos prioritários das políticas sociais: a igualdade de oportunidades e a coesão social.

A renovação, para o período de 2007 a 2009, prevê a duplicação do investimento e do número de projectos de inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis e em risco de exclusão social e cultural, particularmente descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

As áreas prioritárias de intervenção são a promoção do sucesso escolar, apoio à educação formal e não formal, orientação para formação profissional, combate à info-exclusão, acesso ao emprego e envolvimento dos familiares no acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças e jovens.

# Investimento de 483 milhões em novo sistema de comunicações de emergência e segurança

AO LONGO dos próximos 15 anos o Estado vai investir 483 milhões de euros para implementar o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), que se destina a dotar as forças de segurança e serviços de socorro de um único sistema digital via rádio.

Na apresentação pública em Lisboa do novo sistema, aprovado em Conselho de Ministros do dia 18, o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, considerou que o SIRESP representa “uma pequena revolução na segurança interna”.

O SIRESP permitirá a disponibilização de serviços de telecomunicações, em tecnologia digital, suportando transmissões de voz, dados e imagem, quer através de grupos fechados de utilizadores, quer através de comunicação com outros grupos, que será utilizado pela generalidade dos serviços públicos envolvidos em actividades de segurança, emergência, protecção e socorro.

Entre outras entidades, o novo sistema de comunicações será utilizado pela PSP, a GNR, a PJ, os bombeiros, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto de Conservação da Natureza, o Instituto Nacional de Emergência Médica.

“Pela primeira vez, as nossas forças de segurança vão poder comunicar umas com as outras. Todos vão poder falar uns com os outros, não só as organizações entre si, como dentro das próprias organizações”, sublinhou António Costa,



acrescentando que o SIRESP se enquadra na “reestruturação das forças de segurança e dos serviços de emergência”.

Sobre as negociações com o único consórcio que se apresentou a concurso, constituído pela Portugal Telecom, Motorola e Sociedade Lusa de Negócios, o ministro da Administração Interna afirmou que “foram difíceis, mas coroadas de sucesso”, havendo, por isso, “bons motivos para estarmos todos satisfeitos”.

E sublinhou que o Estado ganha não só com um moderno sistema de comunicações no sector da segurança interna, mas também por a respectiva manutenção ficar a cargo do consórcio.

O SIRESP vai começar a ser instalado dentro de seis ou sete meses na Área Metropolitana de Lisboa e abrangerá todo o país, incluindo os Açores e a Madeira, três anos e meio depois.

Outras entidades públicas e privadas, com intervenção e ligação

directa ou indirecta à segurança interna, poderão ainda aderir ao SIRESP.

As Forças Armadas, também consideradas agentes de Protecção Civil, vão ter acesso ao SIRESP.

“As Forças Armadas têm os seus próprios meios militares de comunicações, que não podiam ser substituídos pelo SIRESP. De qualquer modo, vão ter acesso ao SIRESP, isso está garantido”, adiantou o subsecretário de Estado da Administração Interna,

## COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE ELEVADA QUALIDADE

“O SIRESP assegura comunicações móveis de elevada qualidade aos operadores (forças de segurança e serviços de emergência), bem como a possibilidade de todos comunicarem entre si, o que é decisivo em termos operacionais e não é assegurado pelos actuais sistemas de rádio”.

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Fernando Rocha Andrade.

Referindo que “na base do SIRESP está tecnologia já usada em toda a Europa” entre agentes de Protecção Civil, Rocha Andrade lembrou o ex-primeiro-ministro socialista António Guterres, para dizer que foi através de uma resolução do Conselho de Ministros de 2002 que foi aprovado o conceito do SIRESP, que se destina a “proteger Portugal”.

Recorde-se que o SIRESP foi inicialmente adjudicado pela anterior coligação de direita em 2005, que esteve em vias de fechar o negócio com o mesmo consórcio por um valor superior em cerca de 14,5 por cento, mas com a renegociação levada a cabo nos últimos meses pelo ministro da Administração Interna, António Costa, o Estado acabou por poupar 49,4 milhões de euros.

## Investimento industrial virado para a exportação

NO ÂMBITO da aposta do Governo socialista em promover o relançamento da actividade económica, nomeadamente através de projectos que tragam valor acrescentado no domínio da tecnologia, inovação e conhecimento, preferencialmente virados para a exportação, o Conselho de Ministros de 18 de Maio aprovou dois contratos de investimento na indústria do papel.

Um, de mais de 481 milhões de euros, destina-se à construção de uma unidade fabril, equipada com a mais moderna tecnologia, de produção de papel fino não revestido, com uma capacidade instalada não inferior a 500 mil toneladas/ano, que criará 180 empregos directos em Setúbal, e que exportará 90 por cento da produção.

O outro investimento, orçado em 189 milhões de euros, destina-se a modernizar a produção de pasta de papel na fábrica da Figueira da Foz, assegurando a manutenção de quase 800 postos de trabalho directos, e também, em grande parte, direccionado para a exportação.

## Mário Lino cria cadastro para empresas de obras públicas

O GOVERNO vai avançar, no âmbito do novo código de contratação pública, com a criação de um Sistema de Observação da Obra Pública, anunciou o ministro Mário Lino na conferência anual da AECOPS – Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas.

O objectivo, explicou, é criar um cadastro das empresas, que servirá de futuro critério para a escolha de empreiteiros nos concursos de obras públicas, beneficiando assim as empresas que apresentem melhores condições no que respeita ao cumprimento de prazos, preços e aspectos técnicos.

Na sua intervenção, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações adiantou que o Executivo socialista vai acelerar o plano de construção de estradas, de forma a antecipar a conclusão do Plano Rodoviário Nacional até 2015. É que, explicou Mário Lino, “ao ritmo a que vinha sendo desenvolvido antes de 2005 o Plano nunca estaria concluído antes de 2026”.

Este objectivo, precisou, “implica a realização até 2015 de um investimento de 6000 milhões de euros, e exige um ritmo médio de



construção de 263 quilómetros de estradas novas por ano”.

O ministro falou ainda de outras obras públicas de grande impacto, como o projecto do novo aeroporto da Ota, a rede ferroviária de alta velocidade, com prioridade para as linhas Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid, e ainda o novo plano de construção de 11 plataformas logísticas intermodais.

Por outro lado, Mário Lino defendeu a necessidade de concentração das construtoras nacio-

nais, porque, frisou, “o sector precisa de ter mais dimensão para se tornar mais sustentável”.

“Enquanto na União Europeia, em média, as dez maiores empresas de construção de cada país detêm uma quota de mercado de 27 por cento, em Portugal este indicador ronda os 15 por cento”, afirmou, lembrando que no sector da construção há cerca de 49 mil empresas registadas no país.

O ministro disse ainda que o Governo espera que “o sector da construção se constitua, por si próprio, como factor de dinamização da economia”.

## 600 MIL EMPREGOS

A construção é dos sectores da actividade económica que mais emprega em Portugal, num total de 11 por cento da população activa, ou seja, 600 mil trabalhadores.

# Assis faz oposição rigorosa a Rio

PORTO

O VEREADOR socialista na Câmara do Porto Francisco Assis considerou que a oposição em Portugal se faz de forma “reactiva, casuística e muitas vezes apoiada em argumentos demagógicos”, uma estratégia que, na sua opinião, tem contribuído para a “falta de credibilidade” dos agentes políticos.

Falando no encerramento de um debate promovido pelo PS sobre urbanismo no Porto, o primeiro de um ciclo sobre temas centrais para a Cidade Invicta, Francisco Assis prometeu uma “ruptura” com este estilo de fazer oposição.

O líder dos socialistas na Câmara do Porto defendeu uma oposição “séria, inteligente e criativa”, envolvendo os cidadãos no debate de questões fulcrais para a cidade, no quadro da “construção de uma alternativa”.

Na sua intervenção, Assis acusou o presidente da autarquia, Rui Rio, de pautar a sua acção “quase sempre no domínio do slogan e não da ideia”, advertindo que “a propaganda não se combate com propaganda”.

Neste quadro, sustentou que os socialistas têm de fazer “uma oposição, séria, inteligente, criativa”.

Referindo-se ao urbanismo no Porto, Assis assinalou uma mudança de estratégia “quase clandestina, não assumida no discurso”, por parte do Executivo camarário liderado por Rui Rio, a partir do momento em que alterou uma decisão sobre um projecto imobiliário da Mota Engil para a Quinta da China, na



zona oriental da cidade.

Recorde-se que a Câmara revogou em Abril um despacho de indeferimento do projecto, proferido pelo antigo vereador de urbanismo Paulo Morais, para evitar um processo judicial anunciado pela construtora civil que sujeitaria o município a uma “pesadíssima indemnização”.

“As situações pantanosas ocorrem quando não há uma orienta-

ção visível”, disse Assis.

## Câmara do Porto ignora ciência

Entretanto, o vereador socialista afirmou que será “um escândalo” e “um erro grave” a possível transferência do Museu Ciência e Indústria do Porto para Santa Maria da Feira, após uma visita àquele núcleo museológico alojado provi-

soriamente nas antigas instalações das Moagens Harmonia, junto ao Palácio do Freixo.

Segundo Assis, aquele museu é “um símbolo dos melhores tempos no Porto, que deve ser preservado na cidade para o futuro, ao serviço da própria economia na cidade”.

E considerou que, “apesar de o Porto ser uma cidade com pouco território, não faltam lugares com excelentes condições para acolher

o museu, nem fundos comunitários para apoiar a sua instalação definitiva na cidade”.

Para o vereador sem pelouro na Câmara do Porto, “é absolutamente incoerente que, por um lado, se diga que o Porto se tem de transformar na cidade da ciência e, por outro, se deixe sair daqui um museu que representa a preservação da memória dessa mesma ciência e a sua ligação à actividade industrial”.

## Socialistas denunciam compadrio e amiguismo na câmara

PÓVOA DE VARZIM

O PS da Póvoa de Varzim acusou o Executivo da câmara local de maioria laranja de “nepotismo”, “compadrio” e “amiguismo” nos concursos externos de admissão de pessoal para os quadros da autarquia, abertos entre Março e Julho de 2005, por ter atribuído sete lugares, em nove concursos, a familiares de elementos do PSD ou filiados neste partido.

Em conferência de Imprensa, o líder da Concelhia socialista, Renato Matos, referiu que subjacente à forma como foram conduzidos e terminaram os concursos, “salta à vista que há situações claras de compadrio e amiguismo por relações familiares e partidárias”.

Segundo referiu, durante o mandato do actual Executivo foram levadas a reunião de Câmara para homologação listas de classificação final referentes a 11 concursos externos para ingresso na autarquia em lugares de diversas carreiras profissionais da função pública.

Os vereadores do PS na autarquia afirmam



ter tido acesso a documentação referente a nove destes concursos e concluem que, em sete, os primeiros classificados são familiares de pessoas ligadas ao PSD ou membros do partido.

Renato Matos afirmou que os primeiros lugares foram atribuídos a “uma sobrinha do

presidente da Câmara, à esposa de um candidato do PSD à presidência de uma autarquia do Grande Porto, ao filho de um funcionário da Câmara com influência no PSD e ao ex-presidente da JSD da Póvoa”, entre outros.

“Não se trata de perseguição, mas de querer desmascarar a política subjacente a esta

situação”, disse, criticando a maneira “controladora, provinciana e cacique com que esta câmara exerce o poder local”.

Contra estes “graves casos de nepotismo”, os três vereadores do PS na Câmara da Póvoa vão apresentar, em reunião do Executivo, uma proposta que visa “um planeamento anual de ou plurianual de recursos humanos com identificação de competências necessárias ao desenvolvimento da actividade de cada departamento”.

A profissionalização dos actos de recrutamento em júris decisórios finais de composição eminentemente técnica é outro dos objectivos inscritos nesta proposta socialista.

Para o PS/Póvoa de Varzim, uma gestão rigorosa dos recursos humanos é compatível com o respeito pela transparência e pelo princípio da igualdade. “É preciso avaliar, principalmente, se a necessidade de recrutamento é real e tem fundamento por corresponder a uma actividade importante do departamento ou que esteja prevista no respectivo plano e não a uma necessidade avulsa ou encomendada”, concluiu.

# Redireccionar a rede de formação do Alentejo

O DEPUTADO do PS Bravo Nico deixou no Parlamento a “mensagem de que o Alentejo tem asas para voar e quer voar”, já que “acredita nas suas potencialidades, tem um projecto e um rumo para o seu futuro e, principalmente, uma forte vontade de lá chegar”.

Segundo o deputado socialista eleito pelo círculo de Évora, “o Alentejo quer competir com regiões e países como a Catalunha, a Galiza, a Finlândia ou o País de Gales”, sublinhando que “ainda não nos podemos comparar, como gostaríamos, com catalães, galegos, finlandeses ou galeses. Mas queremos competir no mesmo campeonato que eles, daqui a uma década! Tem de ser este o nosso farol”.

E apontou dois exemplos positivos paradigmáticos: o vinho alentejano e a barragem do Alqueva.

Sublinhando que “o vinho alentejano compete, em qualidade, com qualquer vinho, em qualquer parte do mundo”, Bravo Nico afirmou que quem saboreia um bom vinho alentejano, “deverá ter consciência dos diferentes sabores que este néctar encerra,



como o sabor tradicional, patrimonial e social, o sabor científico, tecnológico e criativo e o sabor do empreendedorismo e da multiculturalidade”.

Quanto ao segundo exemplo positivo, o Alqueva, o deputado socialista referiu que “quem hoje percorre o Alentejo, não poderá deixar de notar que nasceu um autêntico oceano na planície. No Alentejo há, actualmente, muita água. Em certos concelhos alentejanos há quase mais água que terra”. E isso deve-se, recordou, ao Governo de António Guterres que,

no final de 1995, “tomou a firme decisão de construir a barragem e todo o empreendimento, com ou sem financiamento comunitário”.

Assim, graças a esta decisão histórica do PS, Bravo Nico salientou que o Alqueva é, na actualidade, “uma enorme oportunidade de desenvolvimento para o Alentejo nas áreas da agricultura, agro-indústria, biocombustíveis, produção hidroeléctrica fotovoltaica e eólica de energia eléctrica e oferta turística especializada”.

Na sua intervenção, o deputado

afirmou ainda que o desenvolvimento do Alentejo passa por uma forte aposta na inovação, tecnologia e qualificação dos recursos humanos.

Ora, para concretizar tal aposta, Bravo Nico afirmou que é preciso, em primeiro lugar, “redireccionar a rede de formação existente no Alentejo, que se encontra subaproveitada”, mas que pode, rapidamente, na sua opinião, “ser redireccionada para esta gigantesca tarefa de qualificar a generalidade da população jovem e adulta, adequando esse processo de formação às necessidades emergentes das oportunidades de desenvolvimento que estão a surgir”.

Em segundo lugar, referiu que é necessário “redireccionar a acção das autarquias alentejanas”, que deve ser canalizada para “o esforço de qualificação dos recursos humanos”.

E, em terceiro lugar, o deputado socialista considerou fundamental “utilizar bem os meios financeiros”, adiantando que como consequência da “histórica vitória” do primeiro-ministro, José Sócrates, nas negociações relativas ao futuro Quadro

Comunitário, “o Alentejo irá ter disponíveis, nos próximos sete a oito anos, importantes e decisivos fundos estruturais que se destinam prioritariamente à qualificação dos recursos humanos”.

Na sua intervenção no hemiciclo de São Bento, Bravo Nico recusou ainda liminarmente “os discursos fatalistas de alguns políticos de uma esquerda descrente, acomodada e antiga, mais habituada à resistência antifascista e ao protesto perpétuo, e pouco disponível para a ambição e os desafios que o futuro nos impõe”, bem como “os discursos pós-modernos de alguns políticos de uma certa direita que, combinando uma veia pseudo-ecologista com uma costela conservadora e neoliberal, remetem o Alentejo para a representação da sagrada e intocável reserva patrimonial, ambiental e etnográfica que é guardada por alentejanos simples, solícitos e boas pessoas”.

E concluiu: “o Alentejo não pensa assim, não trabalha assim e não sonha com um futuro assim”.

J. C. CASTELO BRANCO

## Resolver de forma sustentada os problemas dos resíduos sólidos urbanos

O DEPUTADO do PS Marcos Sá manifestou a sua “profunda estranheza” pelo facto do PSD ter apresentado no Parlamento um projecto de resolução sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos, assumindo assim a sua “negligência” sobre esta matéria, visto “ter estado três anos no Governo sem efectuar as mudanças que hoje assume serem urgentes”.

Referindo que o Governo do PS “está a trabalhar afincadamente” e com “sentido de responsabilidade” nesta questão, Marcos Sá classificou de “leviana” a proposta do PSD para que se passe dos actuais 30 sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos – 14 multimunicipais e 16 intermunicipais existentes no país para apenas cinco.

“A proposta é leviana, pois não se conhece nenhum estudo técnico-económico que fundamente o modelo de integração assente em ‘cinco sistemas multimunicipais’”, além de que “descara e diminui de forma autista as competências dos municípios e o seu papel fundamental para o êxito de qualquer processo de integração”, afirmou.

Para o deputado socialista, o modelo geográfico de integração baseado nas ex-CCR, proposto pela bancada laranja, “não é necessariamente o mais eficiente do ponto de vista técnico-económico e ambiental”.

E acrescentou que “em qualquer modelo geográfico de integração não podem ser negligenciados factores como a logística relativa ao transporte de resíduos”.

Por isso, sustentou, a decisão

sobre os novos sistemas, respectivos modelos de integração e operações de gestão “deverá resultar das orientações emanadas do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II e de um estudo específico promovido pelo Instituto Nacional de Resíduos, em estreita articulação com as CCDR e Associação Nacional de Municípios Portugueses”.

Marcos Sá disse ainda que este estudo “deverá equacionar todos os factores técnicos, económicos, ambientais e políticos com o objectivo de maximizar os sistemas a criar”, assim como “a calendarização detalhada de todas as acções conducentes à integração”.

Na sua intervenção, o deputado socialista considerou “nunca ser tarde de mais” para relembrar ao PSD que o programa do actual Governo estabelece como uma das medidas prioritárias no sector dos resíduos “a adopção de um plano de emergência para os resíduos sólidos urbanos para recuperar o atraso no cumprimento das metas europeias de reciclagem e sua valorização, bem como a definição de novas orientações para a adopção de um programa de investimentos a realizar no futuro”.

E acrescentou que “aqui está a prova da inacção do Governo do PSD” e o compromisso do PS e do seu Governo “em resolver de forma sustentada os problemas do sector de resíduos sólidos urbanos”, contribuindo deste modo, mais uma vez, “para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e o desenvolvimento sustentável do nosso país”.

J. C. CASTELO BRANCO

## PS e PC chinês reforçam relações de cooperação

O PARTIDO Socialista e o PC chinês deram importantes passos no sentido do reforço das suas relações políticas com a visita a Pequim, Xangai e Suzhou de uma delegação composta pelo secretário para as Relações Internacionais, José Lello, secretário para a Organização Nacional, Marcos Perestrello, e director do Departamento de Relações Internacionais, Paulo Pisco, para encontros com altos dirigentes chineses.

Entre esses encontros, destaque para as reuniões com o ministro da Difusão e Informação e membro do Comité Central, Liu Yushan, com o vice-ministro do Departamento de Relações Internacionais, Zhang Zhijun, com o vice-governador de Xangai, Wang Zhingwei, também subsecretário provincial responsável pela Informação e ainda com responsáveis políticos de Suzhou, designadamente do Parque Tecnológico da cidade, um dos que mais rapidamente cresce e actualmente o mais competitivo do mundo.

De realçar também o encontro com responsáveis do Governo distrital de Pudong, em Xangai, igualmente um dos centros financeiros e tecnológicos mais modernos e dinâmicos a nível mundial.

Durante os diversos encontros ficou patente o apreço que as autoridades chinesas têm por Portugal, de que o melhor exemplo é a recente atribuição do estatuto de Parceiro Estratégico ao nosso país. Para isso contribuem decisivamente as boas relações que Portugal sempre manteve com a China, a



transição pacífica de Macau para domínio administrativo chinês, o facto do nosso país ter sido o primeiro a normalizar as relações após os acontecimentos da Praça Tiannanem, em 1989.

É neste contexto que, em 10 de Dezembro do ano passado, foi assinada a Declaração Conjunta pelos primeiros-ministros José Sócrates e Wen Jiabao, que estabelece as linhas de cooperação estratégica entre os dois países.

Daqueles encontros ficou também patente a abertura da China para o investimento português e a cooperação a vários níveis, da economia à cultura, passando pelo turismo e pelo desporto. Daí que as autoridades chinesas pretendem que o primeiro-ministro, José Sócrates, visite a China tão rápido quanto possível.

Entretanto, ao abrigo da cooperação entre os dois partidos, o Departamento de Relações Internacionais

do PS organizou o programa de uma visita de três dias a Portugal de uma delegação de quadros políticos chineses, chefiada pelo vice-ministro da Organização, Zhang Jinan.

Um dos pontos altos desta visita foi o encontro da delegação chinesa, acompanhada do embaixador da China em Portugal, com o primeiro-ministro, José Sócrates, que reiterou a determinação em aprofundar as relações entre os dois países.

Destaque também para o encontro, na sede do Partido, da delegação chinesa com o presidente do PS, Almeida Santos e com o secretário para as Relações Internacionais, José Lello. Estiveram também presentes Marcos Perestrello e Paulo Pisco.

Referência ainda para a deslocação da delegação à Câmara de Matosinhos, onde foi recebida pelo presidente Guilherme Pinto, tendo ainda efectuado uma visita a um bairro de habitação social no Concelho.



# Educação carece de resultados mais rápidos

PARA o primeiro-ministro, a educação em Portugal carece de resultados mais rápidos e de menos ideologia.

José Sócrates considera globalmente positivos os resultados registados no sector da educação nos últimos 20 anos, referindo como exemplo desse êxito, a publicação há duas décadas da Lei de Bases do Sistema Educativo e considerando fundamental dar prioridade a reformas “passo-a-passo” em alternativa a grandes reformas para o sector.

Segundo o primeiro-ministro, “há muitos anos que deixei de acreditar na ideia ingénua e arrogante das grandes reformas, ou que as mudanças se fazem só pela via de mudanças legislativas”.

Em vez de se tentar construir um sistema novo, sublinhou, “deitando fora tudo o que foi adquirido”, é preferível aproveitar “o que de bom se fez no passado”.

O primeiro-ministro, falava no Parlamento, durante a sessão de abertura do debate nacional sobre educação, evento promovido pela Assembleia da República e organizado pelo Conselho Nacional de Educação.

José Sócrates garante que o seu Governo vai continuar o seu caminho reformista a pensar nos próximos 20 anos da educação.

Neste momento o país assiste a mudanças muito significativas, lembrou ainda Sócrates, que vão



prosseguir “porque o pior que podia acontecer a Portugal era ficar na mesma”.

Perante as mudanças rápidas que se estão a dar nos mais diversos sectores da vida, recordou ainda o primeiro-ministro, “a evolução do sector da educação em Portugal tem de dar-se o mais rapidamente possível”.

Por causa da crescente competitividade à escala mundial, recordou ainda, “os tempos hoje são de mui-

to maior exigência”, razão porque a educação, “está cada vez mais no centro do sucesso ou do eventual insucesso dos países”.

Na ocasião o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, baseando-se no dados fornecidos pela OCDE, lembrou que Portugal “está muito em baixo em todas as faixas etárias em termos de qualificação”.

Para Gama, nos debates, “devemos sempre evitar que as agendas

particulares, ou que a poeira lateral, se sobreponha à agenda principal”, razão porque em Portugal, frisou, “temos razão para estar insatisfeitos com os resultados no sector da educação”.

## Ministra crítica falta de orientação das escolas

Um quadro negro do funcionamento das escolas foi traçado pela ministra da Educação, Maria

de Lurdes Rodrigues, que disse estarem mais preocupadas com o cumprimento “burocrático-administrativo”, em vez de se orientarem para o objectivo central das suas funções: melhorar o desempenho e qualificação dos seus alunos.

A título de exemplo, a governante apontou a organização dos horários escolares que, segundo sublinhou, privilegia os alunos melhores, assim como os filhos de funcionários das escolas.

“No conjunto de regras de funcionamento da escola tem de se lhe inscrever a preocupação com os resultados dos alunos, medidos quer nas provas de aferição, quer pela qualidade dos diplomas e das competências adquiridas pelos alunos”, realçou.

Maria de Lurdes Rodrigues lamentou também que a escola não esteja a combater as desigualdades sociais.

Os professores não ficaram incólumes no discurso da ministra da Educação, proferido na abertura de uma série de seminários, promovidos pelo Conselho Nacional de Educação, no Fórum da Maia.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, o trabalho dos docentes “não se encontra ao serviço dos resultados e das aprendizagens”, já que, acusou, “os melhores professores ficam com os melhores alunos e os docentes com pior estatuto na casa levam com as turmas difíceis”.

## Prioridade dos fundos comunitários será a qualificação e formação

AS VERBAS do próximo Quadro Comunitário de Apoio serão prioritariamente canalizadas para a melhoria da qualificação e da formação profissional dos portugueses, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates.

“Neste momento, apenas um quarto da população activa nacional tem habilitações e competências profissionais para competir no mundo global”, afirmou José Sócrates, sublinhando que “este défice de qualificações é o mais grave e o mais difícil de resolver e o que condiciona mais a competitividade nacional”.

O chefe do Governo falava no final da assinatura de dois protocolos de formação profissional e de melhoria das habilitações académicas das Forças Armadas e que envolveram os ministros da Defesa, Luís Amado, da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva.

O primeiro dos dois protocolos que foram assinados na cerimónia, realizada no Ministério da Defesa, vai abranger 25 mil elementos das Forças Armadas, militares do quadro, voluntários e contratados.

Segundo o Executivo, os objec-



tivos são fazer com que, a prazo, todos os militares que passaram pelas Forças Armadas tenham habilitações académicas iguais ou superiores ao 12º ano de escolaridade e que as competências adquiridas ao longo da passagem pelas Forças

Armadas sejam reconhecidas em termos académicos no plano civil.

Por outro lado, José Sócrates referiu que o programa “Novas Oportunidades”, que faz parte integrante do Plano Tecnológico do Governo, visa oferecer à população

com habilitações inferiores ao 12º ano “uma segunda oportunidade” para aumentar as suas qualificações.

Mas, frisou, “o Governo também quer oferecer mais oportunidades a todos aqueles que ainda se encontram na escola, fazendo com que, a prazo, haja ao nível do secundário uma oferta de 50 por cento em matéria de cursos tecnológicos e de profissionalização”.

No caso das Forças Armadas, o primeiro-ministro considerou que a meta de ter “Forças Armadas eficientes e modernas” passa também pela melhoria das qualificações dos militares.

“Todos aqueles que passarem pelas Forças Armadas, em particular pelo Exército como voluntários, passarão a sair daqui pelo menos com o 12º ano de escolaridade e em condições de desempenhar uma função na vida civil”, disse o primeiro-ministro.

Sócrates salientou ainda que 70 por cento dos actuais voluntários das Forças Armadas entram na instituição militar com habilitações académicas inferiores ao 12º ano de escolaridade.

Por sua vez, o ministro da Defesa, Luís Amado, adiantou que

“até ao final do ano será revisto o regime de carreiras das Forças Armadas, mas a mudança mais importante que as Forças Armadas enfrentam é a passagem do Serviço Militar Obrigatório para a profissionalização”. Neste plano, sublinhou, “o processo de reconversão dos quadros das Forças Armadas é uma questão central”.

Segundo o ministro, o facto de haver militares contratados a cinco e seis anos “também obriga a pensar na inserção” destes elementos “na vida civil”.

Com estes protocolos, “os jovens que passarem pelas Forças Armadas têm a garantia de obter uma certificação” aos níveis profissional e académico e podem depois desempenhar uma função na vida civil.

Luís Amado acrescentou que, “a partir de Setembro, todas as competências obtidas e desenvolvidas nas Forças Armadas serão validadas do ponto de vista académico e profissional”.

Já o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, sublinhou “a importância” de o programa “Novas Oportunidades” abranger os jovens que passam pelas Forças Armadas.

## Direcção do GP/PS vai à Madeira para discutir incompatibilidades



A DIRECÇÃO parlamentar socialista desloca-se à Madeira para debater com o PS local um conjunto de diplomas relativos à região, entre os quais se conta o regime de incompatibilidades dos deputados.

Segundo o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, o objectivo da visita, que decorrerá de 4 a 6 de Junho, é “fazer um ponto da situação de todo o processo legislativo que decorre na Assembleia da República e na Assembleia Legislativa Regional”.

José Junqueiro adiantou que será discutido “um conjunto de diplomas relativos à região”, com destaque para o regime de incompatibilidades dos deputados aplicado na Assembleia da República, que o PS já prometeu estender aos madeirenses.

Dos contactos com os dirigentes e deputados do PS/Madeira deverá resultar o projecto de lei sobre incompatibilidades que os socialistas apresentarão na Assembleia da República.

Segundo Junqueiro, o diploma socialista deverá ser apresentado a tempo de ser debatido no plenário de 7 de Junho, que está reservado para a discussão de iniciativas legislativas que alterem o Estatuto dos Deputados.

No início de Maio, recorde-se, o PS subscreveu a proposta do Bloco de Esquerda de alteração do Estatuto dos Deputados para estender à Madeira o regime de incompatibilidades aplicado na Assembleia da República e prometeu aprovar legislação nesse sentido.

Na altura, o vice-presidente da bancada socialista Ricardo Rodrigues disse concordar que “não deve haver excepções nessa matéria”, mas remeteu a proposta do PS para depois de um encontro com os socialistas madeirenses.

“Jamais aprovaremos uma lei para a Assembleia Legislativa Regional sem o acordo dos nossos colegas da Madeira”, salientou o antigo secretário regional açoriano, considerando “um prazo razoável” aprovar a nova lei “ainda este ano”.

Os 121 deputados da maioria parlamentar do PS são suficientes para aprovar alterações ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos, que já abrange os representantes da República nas regiões autónomas e os membros dos governos regionais.

# Socialistas assinalam Dia dos Museus

**É hoje um dado indesmentível: os museus portugueses, a exemplo do que se passa há anos nos países europeus, têm vindo a registar índices de procura cada vez mais elevados. Para que este fenómeno se esteja agora a registar muito tem contribuído a política activa do Governo para o sector.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

A PROPÓSITO do Dia dos Museus, efeméride comemorada em toda a Europa no passado dia 18 de Maio, o Partido Socialista, a este propósito, empreendeu um conjunto de deslocações, protagonizadas por um grupo de deputados, a diversos museus do país.

No Parlamento, coube a Rosalina Martins a tarefa de assinalar este dia, tendo a deputada socialista salientado o papel dos museus enquanto instituições basilares do sistema cultural e patrimonial, realçando a memória que estas instituições guardam e a capacidade que têm de transformar essa memória em conhecimento útil para a construção do futuro.

Ao assinalar este acontecimento, Rosalina Martins saudou a direcção do Instituto Português de Museus (IPM) “referindo o excelente programa das comemorações”, que se pauta, como frisou, “por uma notável e enriquecedora diversidade de propostas”, tocando domínios tão distintos, como os do teatro, a moda, a música ou a defesa do meio ambiente e o cinema.

A deputada socialista estendeu as suas saudações aos directores dos museus e a todos aqueles que se encontram integrados na Rede Portuguesa de Museus, bem como às autarquias, “que de algum modo se associaram à celebração desta data”.

Também a deputada socialista Manuela de Melo lembra a este propósito, o programa eleitoral do PS e destaca as redes culturais existentes e entre elas, como referiu, a rede nacional dos museus, “como área essencial de actuação” objectivos que foram traçados por este Governo.

Para Rosalina Martins, a dinâmica registada só foi possível graças ao cumprimento das finalidades plasmadas no programa do Governo, onde se estabelece um compromisso com os portugueses pela cultura.

### Compromisso pela cultura

Rosalina Martins lembrou a este propósito as medidas firmadas no programa do Governo, no qual se estabelece um forte compromisso com os portugueses tendo em vista o desenvolvimento do sector cultural.



Se, por um lado, se aposta, entre outras medidas inovadoras, no reforço da rede de museus, favorecendo o seu funcionamento em rede com a finalidade de articular equipamentos, serviços e programas, por outro lado, dá-se especial atenção a uma maior qualificação dos museus dependentes do Instituto Português de Museus.

Na estratégia governamental para o sector, tem vindo ainda a desenvolver-se, como referiu a deputada socialista, a boa gestão dos recursos existentes, com vista a uma rentabilização dos meios disponíveis e ainda a proceder-se a uma articulação entre a área da cultura e a área da educação.

Pretende-se com esta nova visão, frisou, alcançar uma ruptura com a ideia convencional de museu, tipo “museu-edifício-colecção”, para valorizar antes o conceito de “museu-território-património-comunidades”.

A captação de novos públicos é, na perspectiva da deputada socialista, algo que se afigurava desde há muito necessária, e surge, neste contexto, “como objectivo primordial” atraindo aos museus pessoas e um tipo de público que antes pouco ou nada frequentavam estes espaços culturais.

Recordando que no primeiro trimestre de 2006 e em relação a igual período do ano passado se verificou um aumento de cerca de 22 por cento de aumento de visitantes nos museus dependentes do IPM, Rosalina Martins sublinhou, contudo, que “só no reforço de actividades educativas é que esta tendência poderá conhecer um espaço de crescimento”.

Enaltecendo o trabalho legisla-

tivo que os ministérios da Cultura e da Educação empreenderam relativamente à promoção de projectos educativos na área da cultura, Rosalina Martins afirmou que iniciativas deste género constituem “um verdadeiro incentivo a novas dinâmicas e a boas práticas no reforço da componente educativa”.

Como resultado deste tipo de iniciativas, Portugal vive hoje, como recordou a deputada socialista, um momento particularmente importante no que concerne aos museus, estando o país prestes a ganhar “um novo peso na prestigiada rota internacional de interesse cultural”, algo porque tanto tem lutado mas que por razões várias, nomeadamente por falta de um planeamento eficaz e de um trabalho sério de divulgação, quer a nível interno, quer sobretudo a nível externo, o país ainda não tinha alcançado. Portugal segue assim as recomendações da última Conferência Mundial da UNESCO, que reiterou como imprescindível ao desenvolvimento humano e social a educação pelas artes.

### Visitas dos deputados

Entre os dias 18 e 20 de Maio, vários deputados do Partido Socialista deslocaram-se a diversos museus do país, nomeadamente a Évora, que contou com a presença de Bravo Nico, aos museus dos Coches e de Etnologia, em Lisboa, visitados pelas deputadas, Manuela de Melo, Isabel Coutinho, Fernanda Asseiceira e Teresa Portugal, ao Museu Nacional de Arte Antiga onde se deslocaram as deputadas Paula Barros e Rita Neves, ao Museu de Arte Sacra, do Funchal, que contou com a presença da deputada Júlia Caré,

## GOVERNO SOCIALISTA APOSTA NA CULTURA

O Programa eleitoral do XVII Governo Constitucional destaca as redes culturais e, entre elas, a Rede Nacional de Museus, como área essencial de actuação. Assim, o Orçamento Rectificativo de 2005 acabou com o passivo do IPM, retirando-o do sufoco financeiro em que se encontrava.

## VERBAS PARA OS MUSEUS

Entre 2005 e 2006, o orçamento do IPM subiu 11 por cento, mostrando que o Governo socialista traduziu, também em financiamento, a sua aposta no desenvolvimento dos museus.

ao Museu Machado de Castro, em Coimbra, visitado por Teresa Portugal, ao Museu de Lamego, com Cláudia Vieira, ao Museu do Douro, em Vila Real, visitado por Paula Barros e Maria Helena Rodrigues, ao Museu Soares dos Reis, na cidade do Porto, visitado por Manuela de Melo, ao Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha, visitado pela deputada Odete João, ao Museu da Guarda, que contou com a presença do deputado Fernando Cabral, a Aveiro, ao Museu da cidade, visitado pelo deputado João Bernardo, e ao Museu Grão Vasco, em Viseu, visitado pelo deputado Miguel Ginestal.

## OPINIÃO

JOAQUIM JORGE  
VEIGUINHA

*Apenas a Revolução de 25 de Abril de 1974 tornou possível que o movimento sindical português ressuscitasse de um longo período de hibernação forçada.*

## Um sindicalismo plural

O MOVIMENTO sindical português é relativamente recente. Enquanto nos principais países da Europa Ocidental as associações sindicais conseguiram conquistar o direito a representarem os seus associados no século XIX após um longo período de lutas com os poderes proprietários e suas expressões políticas liberais ou autoritárias, em Portugal foi necessário esperar pela I República para vermos surgir o movimento sindical português. O período posterior à I Guerra Mundial assinala a expansão do sindicalismo em Portugal na sua configuração anarco-sindicalista em consequência da crise económica da República democrática, crise que pressagiava já o golpe de Estado fascista de 28 Maio de 1926 que sufocou qualquer possibilidade de desenvolvimento do incipiente movimento sindical dos trabalhadores portugueses. Até 1974, o direito de associação sindical e a constituição de direcções sindicais eleitas pelos trabalhadores foram proibidas pelo regime salazarista-marcelista e a greve, direito fundamental dos trabalhadores, foi ferozmente reprimida pelo regime. A ideologia oficial considerava que os trabalhadores deviam ser obedientes, respeitar “chefes e superiores”, como rezava a cartilha do Bom Filiado da Mocidade Portuguesa. Caso contrário, para além de perderem o emprego, poderiam passar umas férias no hotel de cinco estrelas de Caxias, e, provavelmente, no Tarrafal, prémio reservado aos mais activos e empenhados militantes sindicais.

Apenas a Revolução de 25 de Abril de 1974 tornou possível que o movimento sindical português ressuscitasse de um longo período de hibernação forçada. Uns anos antes, apesar da ausência de democracia, alguns sindicatos tinham conseguido eleger direcções democráticas e criado a primeira central sindical democrática portuguesa, a CGTP, que, no entanto, apenas se pôde desenvolver plenamente após a instauração da democracia política e o reconhecimento do direito de associação sindical, desde logo consagrado no Programa do Movimento das Forças Armadas. Poderemos mesmo dizer que o movimento sindical português renasceu com o 25 de Abril, conquistando uma expressão de massas até então nunca alcançada. No entanto, os anos que assinalam o seu ressurgimento são também marcados pela tentativa da sua instrumentalização política. A lei da unicidade sindical, mais tarde revogada, e a proibição do direito de tendência são os eventos que provocaram a divisão do movimento sindical português e conduziram à formação de uma nova central sindical, a UGT, que passou a representar uma parte do universo dos trabalhadores portugueses.

Hoje em dia, o movimento sindical português está consolidado. Nem a CGTP é a confederação sindical dogmática e sectária dos primeiros tempos do 25 de Abril, mas uma central em que, apesar do não reconhecimento do direito de tendência, se confrontam diversas correntes sindicais que participam na tomada de decisões comuns. E a UGT já não é a central divisionista dos anos de chumbo, mas uma organização que privilegia um sindicalismo de negociação em detrimento de um sindicalismo de movimento e mobilização. Ambas têm um inegável direito a existir no movimento sindical português. Sem elas este ficaria mais pobre e os trabalhadores portugueses mais desprotegidos.

No próximo dia 6 de Junho o sindicalismo português poderá viver um momento histórico. Neste dia realizar-se-ão eleições



para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), onde se confrontam basicamente duas grandes posturas sindicais: a postura democrática, representada pela lista A, que protagonizou uma importante alteração estatutária que conduziu ao reconhecimento do pluralismo sindical, baseado no princípio da unidade na diversidade e da independência dos sindicatos dos partidos políticos; e a lista B que, apesar de se apresentar como alternativa ao que considera ser a lista do “establishment”, não apenas fez parte do “establishment” que agora, em desespero de causa, critica como sempre se opôs ao processo de revisão de estatutos que consagrou precisamente o pluralismo no seio do SPGL. É por isso que o resultado das eleições no dia 6 de Junho não apenas afectará o sindicalismo docente, mas também todo o movimento sindical português. A vitória da lista A nestas eleições contribuirá necessariamente para o reforço da democracia sindical. A vitória da lista B apenas contribuirá para legitimar as posições dos que consideram os sindicatos uma força de bloqueio da actividade dos governos e instrumentos de um partido político. A opção caberá aos vinte mil sócios do SPGL.

## OPINIÃO

**MÁRIO SOUSA\***  
mario.sousa1@sapo.pt  
Projectista, licenciado em  
Avaliação da Qualidade  
de Estudos de Impacte  
Ambiental e responsável  
pelo pelouro do Ambiente do  
PS/Bonfim, Porto.

*Paulo Morais, ex-vice presidente de Rui Rio na Câmara Municipal do Porto, não se cansa de reafirmar ter sofrido pressões políticas de dentro do seu próprio partido (PSD) para condicionar decisões. Mas de quem?*

## Urbanismo na cidade do Porto e a corrupção

MUITO já se disse, escreveu e voltou-se a falar sobre este assunto. Mas não será, entretanto, de mais sublinhar esta questão, até porque estará ainda muito por fazer-se e saber-se, depois dos factos que vieram para as páginas dos jornais, como, por exemplo, esta última da implicação em situações ainda pouco claras por parte de Manuel Teixeira, assessor principal do presidente Rui Rio na Câmara Municipal do Porto.

Paulo Morais, ex-vice presidente de Rui Rio na Câmara Municipal do Porto, não se cansa de reafirmar ter sofrido pressões políticas de dentro do seu próprio partido (PSD) para condicionar decisões. Mas de quem?

Paulo Morais, quando foi entrevistado por António Freitas de Sousa (jornalista do “Diário Económico”), tenta explicar como o urbanismo se tornou numa forma encapotada de transferir bens públicos para entidades privadas e numa via



obscura de financiamento partidário.

No livro que ele (Paulo Morais) escreveu e, em princípio, será apresentado no próximo dia 30 de Maio no café Majestic, no Porto, por Maria José Morgado (que na Polícia Judiciária liderou o combate à corrupção), Paulo Morais volta a reassumir as denúncias feitas sobre a existência de corrupção no poder local.

Em notícias que todos nós temos lido sobre este assunto, corrupção no urbanismo da cidade do Porto, constatamos que Paulo Morais não se cansa de reafirmar que na fase final do seu mandato “houve um conjunto de pressões que se exerceram no sentido de a Câmara Municipal do Porto aprovar o projecto A ou o projecto B no sector do urbanismo, e muitas dessas pressões tiveram a ver com personalidades que desempenhavam cargos no próprio PSD”. E aqui surge a inevitável pergunta, quem?

E chegados até aqui salta-nos da memória a já mais que fatal das perguntas, será que neste assunto mais uma vez a culpa vai morrer solteira?

E que negociações foram essas na zona da Boavista, nas chamadas torres do Bessa?

Já sei que este assunto ainda vai dar “pano para mangas”, como se costuma dizer, mas gostaria de ver respondidas todas estas questões depois das investigações que estão a ser levadas a cabo por parte da Polícia Judiciária do Porto.

# Sócrates apresenta medidas na área dos medicamentos e das farmácias

DEBATE MENSAL NA AR

**O fim do monopólio da propriedade das farmácias faz parte de um conjunto de medidas avançadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que irão revolucionar a venda de medicamentos e o sector farmacêutico em benefício dos cidadãos.**

NA SUA intervenção, durante o debate mensal no Parlamento dedicado ao tema das políticas de acesso aos medicamentos, José Sócrates começou por referir que o Governo decidiu liberalizar a propriedade das farmácias, que deixará de ser um exclusivo dos licenciados em farmácia, pondo assim fim a “um regime de condicionamento reconhecidamente anacrónico e que perdurou tempo de mais”.

Salientando que esta reserva de propriedade “já não faz qualquer sentido nos nossos dias”, o primeiro-ministro considerou que “defender a manutenção deste regime seria equivalente a dizer que só os médicos é que deviam ser donos de clínicas; só os jornalistas é que deviam ser proprietários de jornais; só os cineastas é que deviam ser proprietários de cinemas ou que só os professores é que deviam ser donos de colégios”.

Para garantir a saúde pública e a qualidade do atendimento prestado ao doente, Sócrates sustentou que “estes valores não serão melhor salvaguardados só porque o dono da farmácia é um farmacêutico”. É que, explicou, o que verdadeiramente é preciso garantir é que “cada farmácia tenha como director técnico um farmacêutico credenciado e que o restante quadro técnico da farmácia seja composto por pessoal devidamente qualificado”.

O chefe do Governo referiu que a liberalização da propriedade das farmácias será acompanhada de “regras muito exigentes, para evitar situações eticamente menos claras”. Neste sentido, frisou, o regime de incompatibilidades, já previsto na lei, será “alargado e reforçado”, de forma a que possam ser proprietários de farmácias os próprios prescritores de medicamentos, bem como as empresas



da indústria farmacêutica ou de distribuição grossista de medicamentos.

Por outro lado, e para garantir o equilíbrio nas condições de concorrência, José Sócrates adiantou que será estabelecido “um limite à concentração da propriedade de farmácias”, de modo a que nenhuma pessoa ou entidade possa deter, directa ou indirectamente, mais do que quatro farmácias.

Por outro lado, o primeiro-ministro anunciou que serão instaladas novas farmácias de venda ao público, concessionadas no interior dos hospitais públicos, funcionando 24 horas por dia e 365 dias por ano. Desta forma, será possível, finalmente, aos cidadãos “aviar a receita médica nos próprios hospitais a qualquer hora e em qualquer dia do ano”.

Na sua intervenção, Sócrates afirmou que o Governo vai autorizar a criação de cerca de 300 novas farmácias, “alterando-se as limitações actualmente existentes”. Assim, adiantou, “a distância mínima entre farmácias será reduzida de 500 para apenas 350 metros e a capitação mínima de habitantes por farmácia

## MEDIDAS ANUNCIADAS

Abrir a propriedade das farmácias a não licenciados em farmácia

Aumentar o número de farmácias

Permitir a criação e o funcionamento, noite e dia, de farmácias no interior dos hospitais públicos

Alargar o horário de funcionamento das farmácias, adequando-o às necessidades das pessoas

Ampliar o leque dos serviços farmacêuticos prestados às populações

Reduzir os custos dos utentes na compra dos medicamentos

vai baixar dos actuais 4 mil para 3500”. E acrescentou que “passará a ser possível instalar farmácias em qualquer local, independentemente da capitação, desde que não exista

nenhuma farmácia num raio de dois quilómetros”.

Mas, para além de passar a haver mais farmácias, e mais perto das pessoas, elas passarão também a funcionar num horário mais alargado, durante 55 horas semanais, contra as actuais 40 horas.

“Será assim possível que as farmácias fiquem abertas durante a hora de almoço e ao sábado, ou então que fiquem abertas até mais tarde, de acordo com os interesses das pessoas, num horário mais acessível para todos aqueles que trabalham”, referiu.

## Medicamentos em unidose

O primeiro-ministro salientou ainda que será possível às farmácias, em condições a regulamentar, vender certos medicamentos, através da Internet, “sem que os consumidores precisem sair de casa”, acrescentando que o Governo irá também “permitir a ampliação e a qualificação dos serviços prestados pelas farmácias, incluindo a prestação de novos serviços farmacêuticos ao domicílio, designadamente

no apoio a idosos”

José Sócrates anunciou ainda que o seu Governo vai adoptar um conjunto de medidas destinadas “a reduzir os custos desnecessários que são suportados pelos utentes na compra de medicamentos”. Assim, adiantou, será finalmente concretizada a distribuição de medicamentos em unidose; passando também a ser generalizada a regra da prescrição por Denominação Comum Internacional do princípio activo.

**“Este não é um pacote de ‘meias-medidas’ nem de alterações de fachada. Trata-se de uma transformação radical no panorama farmacêutico em Portugal e de uma transformação em benefício daqueles que devem estar no centro de qualquer política de saúde pública: cidadãos”**

JOSÉ SÓCRATES

Duas medidas que, segundo o primeiro-ministro, visam “reduzir custos desnecessários que são suportados pelos utentes na compra de medicamentos”.

Para o primeiro-ministro, com o programa de medidas agora anunciado, o que está em causa “é um virar de página no sector das farmácias e no acesso ao medicamento”, já que, sublinhou, “este não é um pacote de ‘meias-medidas’ nem de alterações de fachada”.

Trata-se, frisou, “de uma transformação radical no panorama farmacêutico em Portugal e uma transformação em benefício daqueles que devem estar no centro de qualquer política de saúde pública: os cidadãos”.

A terminar a sua intervenção, Sócrates disse ainda que a concretização destas medidas será objecto de “um compromisso” com a Associação Nacional de Farmácias, que “é o testemunho de um sector disponível para participar activamente na resolução dos problemas da saúde e na melhoria das condições de acesso aos medicamentos pelos portugueses”.

J. C. CASTELO BRANCO

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)